INTRODUÇÃO À ECONOMIA (Uma Abordagem Estruturalista) — Antônio Barros de Castro e Carlos Francisco Lessa.

4.ª edição melhorada de um livro que já se tornou indispensável para todos os que almejam um conhecimento perfeito da estrutura do sistema econômico, qualquer que seja o estágio de desenvolvimento em que se encontrar.

7 ENSAIOS SÔBRE A ECONOMIA BRASILEIRA (Vol. I) — Antônio Barros de Castro.

Foi objetivo do autor ao escrever êstes ensaios refutar certas premissas que todos os economistas aceitam como intocáveis, quando abordam o problema do desenvolvimento econômico brasileiro e latino-americano. A maneira como justifica essa refutação e as teses que sugere para resolver problemas que há muito reclamam por solução, tornam o livro do economista Antônio Barros de Castro extremamente importante e destinado a causar forte impacto na opinião pública especializada.

TÉCNICAS DE CONTRÔLE MONETÁRIO — Joseph Aschheim

Estudo completo da eficiência geral das técnicas de contrôle monetário com o fito de manter os meios de pagamento dentro dos limites prèviamente projetados.

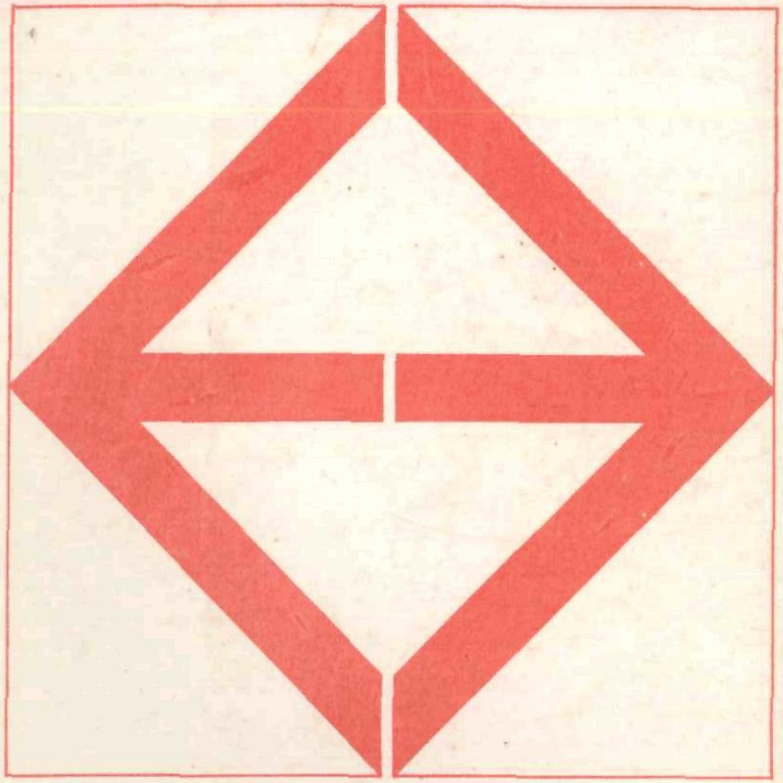
PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

TEORIA MICROECONÔMICA: UMA ANÁLISE GRÁFICA — Richard A. Bilas

7 ENSAIOS SÔBRE A ECONOMIA BRASILEIRA (Vol. II) — Antônio Barros de Castro.

IMPRESSO NA CIA. GRÁFICA LUX

A ECONOMIA DO SUBDESENVOLVIMENTO



COORDENAÇÃO DE A. N. AGARWALA E S. P. SINGH

Paul A. Baran
Simon Kuznets
W. W. Rostow
Henry J. Bruton
Rosenstein-Rodan
Ragnar Nurkse
Celso Furtado
R. S. Eckaus
H. W. Singer
W. Arthur Lewis
Hollis B. Chenery

FORENSE

Primeira edição: 1969
Traduzido de:
THE ECONOMICS OF UNDERDEVELOPMENT
Oxford University Press — New York
Copyright © 1958, by
OXFORD UNIVERSITY PRESS

Tradução
de:
MARIA CELINA WHATELY

Revisão técnica
de:
ANTÔNIO BARROS DE CASTRO

Reservados os direitos de propriedade
desta tradução pela
COMPANHIA EDITÔRA FORENSE
Av. Erasmo Braga, 299 - 1.º e 2.º and. - Rio de Janeiro
Largo de S. Francisco, 20 - loja - São Paulo

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Plano da Obra

INTRODUÇÃO

1. ABORDAGENS DO PROBLEMA DO SUBDESENVOLVIMENTO

A Economia do Desenvolvimento — Jacob Viner 17
A Expansão Demográfica e os Padrões de Vida — Colin Clark 40
O Problema do Desenvolvimento Econômico Limitado — Gerald M. Meier 62
Economia Política do Subdesenvolvimento — Paul A. Baran 83
Uma Interpretação do Atraso Econômico — H. Myint 99

2. O CONTEXTO HISTÓRICO

Os Países Subdesenvolvidos e a Fase Pré-Industrial nos Países Avançados — Simon Kuznets 141
A Decolagem para o Desenvolvimento Auto-Sustentado — W. W. Rostow 159

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM OFERTA ILIMITADA DE MÃO-DE-OBRA *

W. ARTHUR LEWIS

ÊSTE ARTIGO FOI escrito segundo a tradição clássica, aceitando suas suposições e formulando suas questões. Os clássicos, de Smith a Marx, supuseram ou aceitaram que se verificava uma oferta ilimitada de mão-de-obra a salários de subsistência. A seguir, perguntavam de que modo aumenta a produção com o decorrer do tempo, e encontraram a resposta na acumulação de capital, explicada pela análise da distribuição da renda. Assim, os sistemas clássicos determinavam simultâneamente a distribuição da renda e o crescimento da mesma, juntamente com os preços relativos dos bens como subproduto de menor importância.

O interêsse pelos preços e pela distribuição da renda permaneceu na era neoclássica, mas a oferta de mão-de-obra deixou de ser ilimitada e já então não se esperava que um modêlo formal de análise econômica explicasse a expansão do sistema através do tempo. A mudança de hipóteses e de interêsses era bastante adequada à Europa onde, efetivamente, havia limitação na oferta de mão-de-

* Publicado em *The Manchester School*, maio de 1954. Reproduzido com a permissão da Manchester School e do autor.

obra e onde durante o meio século seguinte tinha-se a impressão de que a expansão econômica poderia ser vista como algo automático. Por outro lado, na maior parte da Ásia a oferta de trabalho é ilimitada e a expansão econômica não pode ser tida como garantida. No entanto, os problemas da Ásia atraíram muito poucos economistas na era neoclássica (os próprios economistas asiáticos absorveram as suposições e preocupações da economia européia) e durante quase um século não se fêz nenhum progresso no tipo de economia que serviria para ilustrar os problemas dos países com excedentes populacionais.

Quando foi publicado o livro de Keynes, *General Theory*, pensou-se que êste esclareceria os problemas dos países com excedente de mão-de-obra, visto que supunha uma oferta de trabalho ilimitada, a preços correntes, e também porque fazia, nas páginas finais, certas observações sôbre a expansão econômica secular. No entanto, as reflexões posteriores revelaram que o livro de Keynes não só supunha oferta ilimitada de trabalho, mas também, e principalmente, oferta ilimitada de capital e de terra; isto era mais importante tanto a curto prazo, no sentido de que, superada a Restrição monetária, o limite real à expansão não está nos recursos físicos, mas na oferta limitada de trabalho, quanto no longo prazo, no sentido de que a expansão secular vê-se interrompida não pela escassez mas por uma poupança tornada cada vez mais supérflua. Aplicadas as soluções defendidas por Keynes, restabelecer-se-ia o sistema neoclássico. Daí não ser o keynesianismo, do ponto de vista dos países que contam com excedentes de trabalho, mais que uma nota de rodapé para o neoclassicismo, embora se trate de uma longa nota, importante e mesmo fascinante. Assim, o estudo dessas economias tem que retroceder até os economistas clássicos para encontrar um marco analítico em que possa encaixar de modo relevante seus próprios problemas.

O propósito dêste artigo é, portanto, descobrir o que se pode aproveitar do marco clássico para resolver os problemas da distribuição, acumulação e crescimento, em primeiro lugar numa economia fechada e, depois, numa economia aberta. Não é êste um ensaio sôbre a história das doutrinas econômicas e, assim, não nos deteremos em cada autor, individualmente, assim como não procuraremos investigar o que queriam dizer ou verificar a validade ou certeza de suas idéias. Nossa finalidade é principalmente atualizar seus esquemas à luz dos conhecimentos modernos, verificando em que medida podem os mesmos auxiliar-nos na compreensão dos problemas contemporâneos de grandes zonas da Terra.

A Economia Fechada

Temos que iniciar supondo uma oferta de trabalho ilimitada e tomando-a como hipótese útil. Não pretendemos, repetimos uma vez mais, que isso seja válido para tôdas as regiões do mundo. Certamente não o é para o Reino Unido e para a Europa Norte-Ocidental. Tampouco é válido para alguns dos países considerados como subdesenvolvidos; por exemplo, verifica-se aguda escassez de trabalhadores em algumas partes da África e da América Latina. Por outro lado, é óbvio que esta hipótese se aplica para as economias do Egito, Índia ou Jamaica. Nossa finalidade não é superar a economia neoclássica mas, simplesmente, elaborar esquema diferente para aquêles países que não podem ser encaixados dentro das hipóteses neoclássicas (nem keynesianas).

Pode-se dizer, primeiramente, que há ilimitada oferta de trabalho nos países onde a população é tão numerosa em relação ao capital e recursos naturais, que existem amplos setores da economia em que a produtividade marginal do trabalho é ínfima, nula ou mesmo negativa. Diversos escritores chamaram a atenção para a existência de um desemprêgo "disfarçado" dêste tipo, demonstrando em cada caso que a propriedade familiar é tão pequena que, se alguns membros da família obtivessem outras ocupações, os demais poderiam continuar a cultivar a terra do mesmo modo (teriam, naturalmente, que trabalhar mais; o argumento inclui a proposição de que em tais circunstâncias desejariam trabalhar mais). No entanto, o fenômeno não é de modo algum limitado ao campo. Outro amplo setor onde se verifica é o das ocupações eventuais: os carregadores do pôrto, carregadores de malas, os biscateiros, e outros. Estas ocupações apresentam em geral um número de pessoas muito maior do que o necessário e cada trabalhador ganha importâncias muito pequenas com êste tipo de trabalho eventual; freqüentemente, o número dêsses trabalhadores poderia reduzir-se à metade sem que o produto do setor diminuísse. Os vendedores ambulantes também se incluem neste tipo e são muito encontrados nas economias superpovoadas; cada pequeno comerciante só efetua algumas vendas; os mercados vêem-se repletos de tendas e ainda que fôssem as mesmas reduzidas, em grande número, os consumidores não se ressentiriam disso de forma alguma, podendo, inclusive, ficar os consumidores em melhor situação, pois poderia diminuir a margem absorvida pelos retalhistas. Há vinte anos não se poderia escrever isso sem ter que parar para explicar por que motivo nestas circunstâncias os trabalhadores eventuais não viam seus rendimentos reduzir-se a zero ou por que a produção dos camponeses não era totalmente absorvida pelas rendas sob forma de renda da terra. Atualmente, porém, estas proposições já não aterrorizam os economistas.

É preciso dar maiores explicações nos casos em que os trabalhadores não estão auto-empregados, mas que trabalham por salário, visto que é mais difícil de acreditar que os patrões paguem salários que excedam a produtividade marginal. O mais importante dentre êstes setores é o de serviços domésticos que está, geralmente, ainda mais inchado nos países superpovoados que o comércio a varejo (em Barbados, 16% da população encontraram-se no serviço doméstico). A razão disso é que, nos países superpovoados, o código de comportamento ético é de tal modo elaborado que se torna conveniente que cada pessoa ofereça a maior quantidade possível de trabalho. A linha de separação entre empregados e indivíduos econômicamente dependentes do patrão é quase que imperceptível. O prestígio social exige que se tenham criados e um grande senhor pode ver-se obrigado a possuir todo um exército de empregados que não constituem, na realidade, senão uma pesada carga financeira. Isto não ocorre sòmente no serviço doméstico mas em todos os setores ocupacionais. A maioria das casas comerciais dos países subdesenvolvidos possui grande número de "mensageiros", cuja contribuição é desprezível; pode-se vê-los sentados na porta dos escritórios ou passeando pelas calçadas. Inclusive, nas mais severas depressões o patrão agrícola ou comercial deve, e assim se espera dêle, manter sua fôrça de trabalho seja de que modo fôr, dado que seria imoral despedi-los, pois como comeriam num país onde a única forma de subsídio ao desemprêgo é a caridade dos parentes? Resulta daí, inclusive nos setores onde se trabalha por salário e, sobretudo no setor de serviço doméstico, que a produtividade marginal pode ser ínfima ou nula.

No entanto, o fato de a produtividade marginal ser nula ou ínfima não é de importância fundamental para nossa análise. O preço do trabalho, nestas economias, corresponde ao nível de subsistência (que será definido mais adiante). A oferta de trabalho é, portanto, "ilimitada" porquanto a oferta, a êste preço, excede a demanda. Pode-se nessa situação criar novas emprêsas ou ampliar-se as antigas sem nenhum limite aos níveis de salários existentes; ou, para sermos mais exatos, a escassez de trabalho não impõe limite algum à criação de novas fontes de emprêgo. Se não permanecermos na indagação de se a produtividade marginal do trabalho é ínfima e, pelo contrário,

nos perguntarmos sòmente quais seriam os setores em que haveria trabalho adicional disponível no caso da criação de novas indústrias que oferecessem emprêgo a salários de subsistência, a resposta tornar-se-á ainda mais abrangente. Não contamos, então, sòmente com os camponeses, com os biscateiros, os pequenos comerciantes e os criados (domésticos e comerciais) mas temos também que referir-nos a outras três classes.

Em primeiro lugar, teríamos que mencionar as espôsas e filhas. O emprêgo das mulheres fora de casa depende de grande número de fatôres, religiosos e convencionais, não podendo ser certamente visto sòmente como questão de oportunidades de emprêgo. Há, no entanto, certo número de países onde o limite atual para finalidades práticas é ùnicamente o das oportunidades de emprêgo. Isto verifica-se, por exemplo, mesmo no Reino Unido. A proporção de mulheres com emprêgo remunerado no Reino Unido varia enormemente de uma região a outra, de acôrdo com as oportunidades de emprêgo existentes. Por exemplo, em 1939, enquanto havia cinqüenta e duas mulheres com emprêgo remunerado para cada cem homens, no condado de Lancashire, havia sòmente quinze mulheres ocupadas nas mesmas condições no Sul de Gales. De forma semelhante, na Costa do Ouro, embora haja aguda escassez de trabalhadores masculinos, qualquer indústria que oferecesse bons empregos às mulheres seria assediada pelas mesmas. A transferência das mulheres de suas casas para os trabalhos comerciais é um dos traços mais notáveis do desenvolvimento econômico. Essa utilização da mão-de-obra feminina não deixa de ter o seu custo, mas o lucro é considerável, visto que a maioria das coisas que as mulheres produzem em casa podem ser produzidas de modo muito melhor e mais barato fora de casa, graças às economias de grande escala da especialização e graças também à utilização de capital (trituração de grãos, coleta de água no rio ou na fonte, confecção de tecidos e vestidos, preparação da comida, ensino às crianças, atendimento aos doentes, etc). Portanto, uma das maneiras mais seguras de aumentar a renda nacional consiste em criar novas fontes de ocupação fora de casa para as mulheres.

A segunda fonte de trabalho para a expansão da indústria é o aumento da população resultante do excedente de nascimentos em relação à mortalidade. Essa fonte é importante em qualquer análise dinâmica sôbre o modo como se pode verificar a acumulação de capital e o aumento do emprêgo sem aumento dos salários reais. Era esta uma das pedras angulares do sistema de Ricardo. O aumento da população não é relevante para a análise clássica nem para a que desenvolvemos neste artigo, a menos que se possa demonstrar que o aumento demográfico é originado pelo desenvolvimento econômico e que, de outro modo, não seria tão volumoso. Os economistas clássicos encontravam a prova desta proposição na lei da população de Malthus. Existe grande número de estudos do tipo "aquilo que Malthus *realmente* quis dizer", os quais deixaremos de lado. A moderna teoria da população teve certo avanço ao analisar, separadamente, os efeitos do desenvolvimento sôbre a taxa de natalidade e de mortalidade. Sabemos pouco sôbre os primeiros. Não há provas de que a taxa de natalidade jamais aumente com o desenvolvimento econômico. Na Europa Ocidental diminuiu durante os últimos oitenta anos. Não estamos muito certos sôbre o porquê; suspeitamos que tenha sido devido a razões associadas com o desenvolvimento e esperamos que o mesmo possa ocorrer no resto do mundo, à medida que o desenvolvimento se amplie. Quanto à taxa de mortalidade, estamos mais seguros. Esta diminui de 40 a 12% com o desenvolvimento; numa primeira fase, porque as melhores comunicações e o comércio eliminam a mortalidade proveniente da fome em certos locais; numa segunda etapa, porque os melhores serviços de saúde pública eliminam as grandes epidemias como peste, varíola, cólera, malária, febre amarela e, eventualmente, tuberculose; e, numa terceira fase, porque sendo maiores as facilidades para o tratamento médico, salvam-se da morte vários indivíduos que de outro modo morreriam na infância ou na puberdade. Visto que o desenvolvimento tem efeito tão rápido e seguro sôbre a taxa de mortalidade, enquanto seu efeito sôbre a taxa de natalidade é incerto e retardado, podemos concluir que seu efeito imediato é originar um aumento demográfico; após algumas décadas começa a aumentar (assim esperamos) menos ràpidamente. Desta forma, em qualquer sociedade onde a taxa de mortalidade seja por volta de 40%, o efeito do desenvolvimento econômico será gerar aumento na oferta de trabalho.

Marx mencionava uma terceira fonte de trabalho que deveria somar-se ao exército de reserva, a saber: o desemprêgo gerado por uma eficiência maior. Ricardo havia admitido que a invenção da máquina poderia reduzir o emprêgo. Marx apoderou-se do argumento e, de fato, generalizou-o, pois colocava no item de desemprêgo não sòmente aquêles que foram substituídos pela nova maquinaria, mas também os pequenos capitalistas e os auto-empregados que não poderiam competir com os capitalistas maiores e de dimensões crescentes e que desfrutavam os lucros das economias de escala. Atualmente êste ar-

gumento é rechaçado sôbre bases empíricas. É claro que o efeito da acumulação de capital no passado foi a redução da dimensão do exército de reserva e não seu aumento, perdendo, assim, o interêsse algo que é "teòricamente" possível.

Se levarmos em conta tôdas as fontes que citamos — camponeses, trabalhadores eventuais, pequenos comerciantes, criados (domésticos e comerciais), mulheres e aumento demográfico — torna-se bastante claro que numa economia superpovoada pode-se verificar enorme expansão de novas indústrias ou novas oportunidades de emprêgo sem que se verifique nenhuma escassez de trabalho não-qualificado que se torne patente no mercado de trabalho. Do ponto de vista do efeito do desenvolvimento econômico sôbre os salários, a oferta de trabalho é, pràticamente, ilimitada.

Isto aplica-se, sòmente, ao trabalho não-qualificado. Em qualquer momento pode-se verificar escassez de mão-de-obra qualificada de qualquer tipo, desde pedreiros, eletricistas ou soldadores até engenheiros, biólogos ou administradores. No entanto, o trabalho qualificado é exatamente o que Marshall teria chamado de "quase estrangulamento", se não tivesse o sentido da linguagem elegante. Isto porque se trata ùnicamente de um estrangulamento temporal, no sentido de que se se dispõe de capital para o desenvolvimento, os capitalistas ou o govêrno proporcionarão de imediato as facilidades para o treinamento de maior número de trabalhadores qualificados. Os verdadeiros estrangulamentos são, portanto, o capital e os recursos naturais e podemos continuar supondo que sempre que se dispuser dos mesmos, também se poderá dispor da qualificação necessária, ainda que com alguma defasagem temporal.

Sabemos pela lei das proporções variáveis que se se dispõe de mão-de-obra ilimitada e pouco capital, êste último não será uniformemente combinado com mão-de-obra. Só se empregaria mão-de-obra até que se reduzisse sua produtividade marginal a zero. No entanto, na prática o trabalho não é disponível a um salário nulo. Assim, o capital será sòmente aplicado até o ponto em que a produtividade marginal do trabalho se torne igual ao salário corrente. Isto pode ser visto na Fig. 1. O eixo horizontal mede a quantidade de trabalho e o eixo vertical mede o seu produto marginal. Há uma quantidade fixa de capital. *OW* corresponde ao salário corrente. Se o produto marginal do trabalho fôsse zero, fora do setor capitalista, dever-se-ia

empregar *OR*. Mas só é compensatório o emprêgo de *OM* no setor capitalista. O excedente dos capitalistas corresponde a *WNP*. *OWPM* representa os salários dos trabalhadores no setor capitalista, enquanto que aquêles que se encontram fora dêste setor (isto é, além de *M*) ganham o que podem no setor de subsistência da economia.

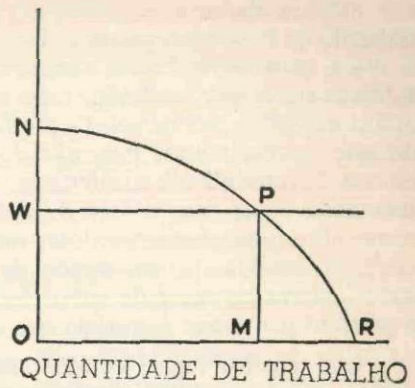


Fig. 1

A análise requer uma elaboração maior. Em primeiro lugar, depois do que dissemos anteriormente sôbre os patrões que mantêm empregados inúteis nestas economias, pode parecer estranho que digamos agora que a mão-de-obra será empregada até o ponto em que o salário se torne igual à produtividade marginal. No entanto, esta talvez seja, provàvelmente, a hipótese que devemos fazer quando nos dedicamos à análise da expansão do setor capitalista da economia; porque o tipo de capitalista que produz a expansão econômica não é o mesmo que trata seus empregados como criados. Êste tipo de capitalista tem mentalidade mais comercial e é mais consciente da eficiência, dos custos e da rentabilidade. Assim, se nosso interêsse está voltado para o setor capitalista em expansão, a hipótese da maximização dos lucros é, provàvelmente, uma aproximação válida da verdade.

Tratemos agora do uso dos têrmos setor "capitalista" e setor de "subsistência". O setor capitalista é a parte da economia que utiliza capital reproduzível e que retribui aos capitalistas pelo uso dêste. (Isto coincide com a definição de Smith sôbre os trabalhadores produtivos que são aquêles que trabalham com capital e cujo produto pode, portanto, ser vendido a preço superior ao seu salário.) Poderíamos dizer que os capitalistas alugam seu capital aos camponeses; neste caso, havendo por definição um número ilimitado de camponeses, sòmente alguns dentre êles obterão capital e êstes terão que pagar pelo seu uso um preço que apenas lhes permite rendimentos de subsistência; no entanto, o uso do capital é mais freqüentemente controlado pelos capitalistas que arrendam os serviços do trabalho. A aná-

lise clássica baseava-se, portanto, na hipótese de que o capital era utilizado para alugar pessoas. Isto não faz nenhuma diferença para a tese e, por conveniência, seguiremos a última colocação. O setor de subsistência é, por exclusão, tôda aquela parte da economia que não utiliza capital reproduzível. O produto *per capita* é menor neste setor do que no capitalista, pois não é frutificado pelo capital (daí chamar-se "improdutivo"; a diferença entre produtivo e improdutivo não tem nada a ver com o fato de o trabalho produzir ou não o lucro, como afirmaram, escarnecedora, mas errôneamente, alguns neoclássicos). À medida que se dispõe de mais capital pode-se levar mais trabalhadores do setor de subsistência para o capitalista, aumentando o produto *per capita* à medida que se passa de um setor a outro.

Em terceiro lugar, consideremos que o setor capitalista, assim como o de subsistência, também pode estar subdividido. Não temos durante a expansão uma ilha de emprêgo capitalista cercada de um vasto mar de trabalhadores de subsistência, mas sim, certo número de ilhas diminutas dêste tipo. Isto é muito típico nos países que se encontram nas primeiras fases de desenvolvimento. Encontramos aí algumas indústrias altamente capitalizadas, como a de mineração ou a energia elétrica, lado a lado com técnicas mais primitivas; algumas grandes lojas para a classe de altas rendas, rodeadas de comércio do tipo antiquado; algumas culturas altamente especializadas, cercadas por um mar de camponeses. Mas encontramos também os mesmos contrastes fora da vida econômica. Verifica-se a existência de uma ou duas cidades modernas, com a melhor arquitetura, abastecimento de água, boas comunicações e outras coisas semelhantes, para as quais convergem indivíduos de outras cidades e povos que poderiam pertencer a outro planêta. Verifica-se, inclusive, o mesmo contraste em relação às pessoas, contrastando os indivíduos altamente ocidentalizados, bem vestidos, educados nas universidades ocidentais, falando idiomas ocidentais e discutindo Beethoven, Mill, Marx ou Einstein, com a grande massa de seus compatriotas que vivem em mundos bem diferentes. O capital e as novas idéias não se acham regularmente difundidos por tôda a economia; encontram-se altamente concentrados em certo número de pontos, de onde se estendem para fora.

Embora o setor capitalizado possa ser subdividido em ilhas, continua sendo um só setor devido ao efeito da concorrência que tende a igualar os lucros do capital. O princípio competitivo não exige que se empregue a mesma quantidade de capital por pessoa em cada "ilha", ou que o lucro médio por unidade de capital seja o mesmo,

mas sòmente que o lucro marginal seja o mesmo. Assim, embora os lucros marginais fôssem os mesmos em tôdas as partes, as ilhas que produzissem com rendimento decrescente poderiam ser mais rentáveis que as outras, visto que os primeiros capitalistas teriam ocupado os pontos mais vantajosos. Mas, de qualquer maneira, os lucros marginais não são os mesmos em tôdas as partes. Nas economias atrasadas o conhecimento é um dos bens mais escassos. Os capitalistas têm experiência de certo tipo de investimento, suponhamos o comércio ou a agricultura de plantação, e na prática não se deslocam, por exemplo, para as manufaturas e dedicam-se àquilo que conhecem. Assim, a economia encontra-se freqüentemente desequilibrada no sentido de que existe excesso de investimento em algumas partes e subinvestimento em outras. As instituições financeiras também se encontram mais altamente desenvolvidas para alguns fins que para outros: pode-se obter capital mais barato para o comércio que para a construção ou a agricultura camponesa, por exemplo. Numa economia altamente desenvolvida, inclusive, a tendência do capital de fluir regularmente por tôda a economia é muito fraca; nas economias atrasadas apenas existe. No total são, inevitàvelmente, fragmentos altamente desenvolvidos, cercados pela obscuridade econômica.

A seguir, devemos dizer alguma coisa sôbre o nível de salários. O salário que o setor capitalista em expansão é obrigado a pagar é determinado pelo que se pode ganhar fora dêste setor. Os economistas clássicos costumavam pensar que o salário era determinado pelo necessário à subsistência e isto pode ser a solução correta em alguns casos. No entanto, nas economias em que a maioria da população é formada por camponeses que trabalham sua própria terra, contamos com um índice mais objetivo, porque o mínimo que se pode pagar como salário é estabelecido pelo produto médio do camponês; os homens não abandonarão suas terras se o salário representar menos do que podem consumir permanecendo em suas casas. Infelizmente, êste nível objetivo desaparece de nôvo quando os camponeses estão sujeitos ao arrendamento da terra, porque seu rendimento líquido dependerá, então, da importância que têm que pagar, e nos países superpovoados o arrendamento será, provàvelmente, estabelecido de modo a deixar ao camponês ùnicamente o suficiente para sua subsistência. Não é, no entanto, de maior importância para a argumentação que os lucros no setor de subsistência estejam determinados, objetivamente, pelo nível de produtividade dos camponeses ou, subjetivamente, em têrmos de nível de vida convencional. Qualquer que seja o me-

canismo, o resultado é uma oferta ilimitada de mão-de-obra pela qual se oferece um salário mínimo.

O fato de que o nível de salários do setor capitalista depende daquilo que se ganha no setor de subsistência é, às vêzes, da maior importância política, visto que isso se reflete no interêsse direto dos capitalistas em manter baixa a produtividade dos trabalhadores de subsistência. Dêsse modo, os proprietários de plantações não têm nenhum interêsse em proporcionar aos camponeses novos conhecimentos técnicos ou conhecimento sôbre novas sementes, e tendo os proprietários influência no govêrno, não utilizarão essa influência a fim de ampliar as facilidades para a extensão rural. Não apoiarão as propostas de colonização e, pelo contrário, tratarão de expulsar os camponeses de suas terras. (Cf. Marx sôbre a "acumulação primitiva".) Isto é, por exemplo, um dos piores aspectos do imperialismo. Os imperialistas investem capital e alugam a mão-de-obra; seu lucro depende da manutenção de salários baixos e mesmo quando não tornam a economia de subsistência mais pobre será raro vê-los tomar qualquer providência para torná-la mais produtiva. Na realidade, a história de tôdas as potências imperialistas na África é, de fato, a história do empobrecimento da economia de subsistência, seja subtraindo a terra à população, seja exigindo trabalho forçado no setor capitalista, ou criando impostos que tornem obrigatório que a população trabalhe para os patrões capitalistas. Comparando com o que gastam para melhorar a agricultura de plantação ou a mineração, o gasto no primeiro caso, na África, tem sido ínfimo. O fracasso do imperialismo em elevar os padrões de vida não deve ser totalmente atribuído ao interêsse próprio, mas há vários lugares em que êle pode ser diretamente relacionado aos efeitos do investimento de capital na agricultura ou na mineração.

Os rendimentos do setor de subsistência estabelecem o mínimo para os salários do setor capitalista, mas, na prática, os salários têm que ser superiores e há, geralmente, uma diferença de 30% ou mais entre os salários capitalistas e os rendimentos de subsistência. Esta brecha pode ser explicada de diversos modos. Uma parte da diferença é ilusória, devido ao custo mais elevado de vida no setor capitalista. Isto pode ser devido ao fato de estar o setor capitalista concentrado em cidades congestionadas, de modo que os aluguéis e os custos de transporte são mais altos. Há, de qualquer modo, uma diferença considerável também nos salários reais. Isto pode tornar-se necessário devido ao custo psicológico da mudança de um modo de vida despreocupado no setor de subsistência para um ambiente mais disciplinado e urbanizado do setor capitalista. Pode, ainda, ser um reconhecimento de que a mão-de-obra não-qualificada torna-se inclusive mais útil para o setor capitalista, após ter permanecido neste por algum tempo, do que o trabalho do homem recém-chegado do campo. Ou podem representar uma diferença de níveis convencionais porque os trabalhadores do setor capitalista adquirem gostos e prestígio social que têm que ser endossados por salários reais mais elevados. Que esta última possa ser a explicação é sugerido pelos casos em que os trabalhadores capitalistas se organizam sindicalmente e lutam para proteger ou aumentar seus salários. Mas esta diferença salarial existe mesmo quando não há sindicatos.

O efeito desta diferença é demonstrado gràficamente na Fig. 2, que é apresentada do mesmo modo que a Fig. 1. *OS* representa agora aquilo que se ganha no setor de subsistência e *OW* corresponde ao salário capitalista (real, não nominal). Fazendo uma analogia com o mar, poderíamos dizer que a fronteira da concorrência entre o trabalho capitalista e o de subsistência não aparece agora como uma praia, mas como um penhasco.

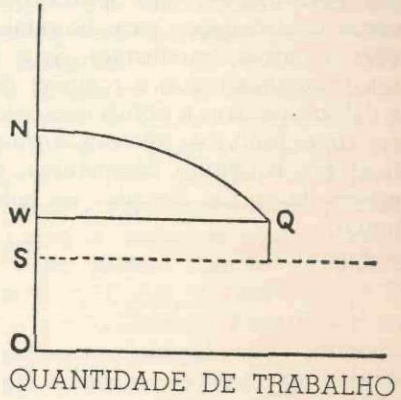


Fig. 2

Êste fenômeno da diferença entre as remunerações de ofertantes competitivos é, inclusive, encontrado nas economias mais adiantadas. Muitas das diferenças entre as remunerações das diferentes classes da população (grau de especialização, de educação, de responsabilidade ou de prestígio) podem ser descritas sòmente nestes têrmos. O fenômeno tampouco se limita ao trabalho. Sabemos, desde logo, que duas emprêsas num mercado competitivo não têm nenhuma razão para obter os mesmos lucros médios, se uma fôr superior à outra; projetamos essa diferença nas rendas e esperamos sòmente que as taxas marginais de lucro sejam as mesmas. Sabemos também que as taxas marginais não serão iguais se prevalecer a ignorância; êste ponto já foi, anteriormente, mencionado. O que parece excepcional numa indústria competitiva é encontrar diferença nos lucros marginais

ou nos custos marginais sem ignorância e, ainda assim, sem que a emprêsa mais eficiente expulse a sua rival do mercado. É como se a mais eficiente dissesse: "Posso competir com você, mas não o farei", que é o mesmo que se dá com a mão-de-obra de subsistência quando não se transfere para o emprêgo capitalista. À emprêsa mais eficiente, em vez de competir onde seus custos reais são marginalmente menores que os de suas rivais, estabelece para si mesma níveis superiores de remuneração. Paga mais a seus trabalhadores e amplia os serviços de bem-estar, concede bôlsas de estudo e pensões aos mesmos. Isto exige taxa mais elevada de investimentos marginais; enquanto seus concorrentes se satisfariam com 10%, exige 20% para manter seu desempenho. Faz gastos que lhe proporcionam prestígio, tais como contribuições para hospitais, universidades, auxílios a inundações e outros semelhantes. Seus dirigentes mais importantes gastam seu tempo assistindo a reuniões de comitês públicos e não obrigados a delegar podêres a outros que executam seu trabalho. Quando levamos em conta tudo isso não nos surpreendemos, de modo algum, em verificar um equilíbrio competitivo, podendo sobreviver fàcilmente emprêsas de custos elevados ao lado de emprêsas de eficiência muito maior.

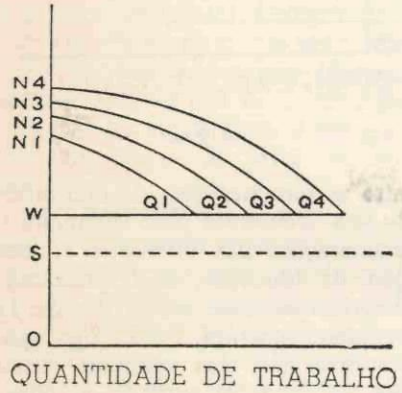


Fig. 3

Até o momento não fizemos mais que preparar o cenário. Agora tem início a peça. Podemos começar a seguir o processo de expansão econômica. A chave do processo é a utilização que se faz do excedente capitalista. Na medida em que êste é reinvestido a fim de criar nôvo capital, o setor capitalista se amplia, transferindo-se maior número de indivíduos do setor de subsistência para o setor capitalista. O excedente tornava-se, então, ainda maior; a formação de capital aumenta ainda mais e, assim, o processo continua até que desaparece o excedente de mão-de-obra.

OS corresponde, como antes, ao rendimento médio no setor de subsistência e *OW* ao salário capitalista. WN_1Q_1 representa o excedente na fase inicial. Visto que uma parte dêste é reinvestida, aumenta a quantidade de capital fixo. Daí se deslocar a curva de produtividade marginal para cima, até o nível de N_2Q_2. Tanto o excedente quanto o emprêgo capitalista aumentam. A reinversão posterior eleva a curva de produtividade marginal a N_3Q_3. E o processo continua enquanto existir excedente de mão-de-obra.

Para que prossigamos são necessários vários comentários. Em primeiro lugar, no que diz respeito à relação entre capital, progresso técnico e produtividade. Deveria ser possível, teòricamente, distinguir entre o aumento de capital e o aumento dos conhecimentos técnicos, mas isto na prática não é nem possível nem necessário para os fins de nossa análise. Quanto à análise estatística, é fácil verificar a diferença de impacto do capital e do conhecimento em qualquer indústria. Se o produto é homogêneo através do tempo, sempre que os insumos físicos são também invariáveis (em espécie) e os preços relativos dos insumos se mantêm constantes. Mas quando tratamos de levar isso à prática, para qualquer indústria, verificamos que o produto se alterou, tendo-se dado o mesmo com os fatôres e com os preços relativos, de modo que podemos obter grande número de índices de progresso técnico a partir dos mesmos dados, de acôrdo com as hipóteses e o tipo de número-índice que utilizemos. Para fins desta análise é, de qualquer forma, desnecessário distinguir entre formação de capital e aumento de conhecimento no setor capitalista. O aumento do conhecimento técnico fora dêste setor seria fundamentalmente importante, visto que elevaria o nível dos salários e reduziria o excedente capitalista. Mas, dentro do setor capitalista, o conhecimento e o capital atuam na mesma direção, a fim de elevar o excedente e incrementar a ocupação. Trabalham também em conjunto. A aplicação de novos conhecimentos técnicos requer, geralmente, novos investimentos e seja no caso de o nôvo conhecimento poupar capital (equivalendo, dêsse modo, a um aumento de capital), seja no caso de poupar trabalho (equivalendo então a um incremento da produtividade marginal do trabalho) não tem maior importância para nosso diagrama. O capital e o conhecimento técnico atuam conjuntamente no sentido de que nas economias em que a técnica se apresenta estagnada a poupança não é, em geral, prontamente aplicada no aumento de capital produtivo; em tais economias é mais comum utilizar a poupança para construir pirâmides, igrejas e outros bens de consumo duráveis dêste

tipo. Conseqüentemente, o aumento do capital produtivo e o aumento dos conhecimentos técnicos são, nessa análise, tratados como um só fenômeno (assim como decidimos, anteriormente, tratar o aumento da oferta de trabalho qualificado e o aumento de capital como fenômeno único para a análise de longo prazo).

Consideremos, a seguir, mais profundamente, o excedente capitalista. Malthus indagava que fariam os capitalistas com o excedente cada vez maior; traria a superabundância? Ricardo replicava que não haveria superabundância; aquilo que os próprios capitalistas não consumissem seria utilizado para pagar os salários dos trabalhadores a fim de criar mais capital fixo (esta é uma interpretação livre visto que os economistas clássicos associavam a expansão do emprêgo a um maior aumento do capital circulante em vez de capital fixo). Êste nôvo capital fixo tornaria possível que, na fase seguinte, fôsse empregado maior número de pessoas no setor capitalista. Malthus persistia: por que os capitalistas produziriam mais capital a fim de produzir excedente maior que só poderia ser utilizado para produzir mais capital e assim *ad infinitum?* Marx respondeu a isso. — Os capitalistas têm paixão pela acumulação de capital. Ricardo deu outra resposta. — Se não quiserem acumular, consumirão ao invés de poupar; sempre que não haja propensão ao entesouramento, não haverá superabundância. O emprêgo não será, na fase seguinte, tão grande como teria sido se não tivesse sido criado mais capital fixo, atraindo dêsse modo maior número de trabalhadores para o setor capitalista, mas enquanto não existir entesouramento, é indiferente para o nível corrente de emprêgo que os capitalistas decidam consumir ou poupar. Malthus levantou, então, outro problema: suponhamos que os capitalistas poupem e invertam, sem entesourar. O fato de que o capital aumenta mais ràpidamente que o consumo não deveria levar a uma diminuição da taxa de lucro do capital até que chegasse o momento em que se decidisse que não vale a pena investir? Ricardo afirmava ser isto impossível; visto que a oferta de trabalho é ilimitada, pode-se sempre encontrar emprêgo para qualquer quantidade de capital. Isto é absolutamente certo em seu modêlo; no modêlo neoclássico, o capital aumenta mais depressa que o trabalho e, assim, teríamos que nos perguntar se a taxa de lucros não diminuiria, mas no modêlo clássico a oferta ilimitada de trabalho significa que a relação capital/trabalho e, portanto, a taxa do excedente, pode manter-se constante para qualquer quantidade de capital (isto significa que é possível um "alargamento" ilimitado). O único problema é que pode dar-se uma escassez de recursos naturais de modo que, ainda que os capitalistas obtenham boa quantidade de mão-de-obra, terão de pagar rendas cada vez maiores aos proprietários de terra. Era isto o que preocupava Ricardo. Para êle era importante distinguir entre a parte do excedente que se dirige aos proprietários de terra e a parte que se dirige aos capitalistas, visto acreditar que o desenvolvimento econômico aumenta, inevitàvelmente, a escassez relativa da terra. Atualmente não temos tanta certeza disso quanto Ricardo. O desenvolvimento incrementa, certamente, as rendas das propriedades urbanas de um modo fantástico, mas seu efeito sôbre as rendas rurais depende da taxa de progresso técnico na agricultura, que foram subestimadas por Malthus e Ricardo. Se supusermos progresso técnico na agricultura, nenhum entesouramento e mão-de-obra ilimitada a um salário constante, a taxa de lucros do capital não pode diminuir. Deve, ao contrário, aumentar, visto que todos os lucros do progresso técnico do setor capitalista se dirigem aos capitalistas.

O interêsse de Marx pelo excedente era ao mesmo tempo ético e científico. Considerava-o como roubo em relação aos trabalhadores. Seus sucessores já não estão tão seguros quanto a isso. Afinal de contas, o excedente só é parcialmente consumido; a outra parte é utilizada para a formação de capital. Quanto à parte que se consome, uma porção da mesma corresponde a um autêntico pagamento a serviços prestados, sejam êsses serviços empresariais ou de direção, assim como serviço dos administradores públicos, pagos com impostos ou mantidos pelas próprias rendas enquanto executam funções públicas não remuneradas tais como magistrados, representantes ou coisas semelhantes. Inclusive na U.R.S.S. todos êstes funcionários são pagos com o excedente e recebem, sem dúvida alguma, salários muito bons. É discutível se êsses serviços são excessivamente bem remunerados; para isso temos os impostos progressivos, sendo também um dos argumentos mais duvidosos para a nacionalização (mais duvidoso porque os funcionários das emprêsas públicas têm que ser pagos à taxa do mercado, se a economia só é parcialmente nacionalizada). Mas não é defensável que tôda essa parte do excedente (isto é, a parte consumida) pertença moralmente aos trabalhadores, em qualquer sentido. Quanto à parte que é utilizada para formação de capital, a experiência da U.R.S.S. prova que esta aumenta, ao invés de diminuir, ao transformar-se a propriedade do capital. A expropriação priva os capitalistas do contrôle desta parte do excedente e do direito a consumi-la numa época posterior, mas não contribui em nada para transferir esta parte do excedente aos trabalhadores. A abordagem emocional de Marx representa uma reação natural aos escritores clássicos que, muitas

vêzes, agiam como se o excedente capitalista e seu incremento fôssem tudo o que contava na renda nacional (cf. Ricardo que o denominava "renda líquida" da produção). No entanto, tudo isto é acidental, pois nosso interêsse no momento não se refere a questões éticas mas ao mecanismo do modêlo.

O problema central da teoria do desenvolvimento econômico é a compreensão do processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não poupava nem investia mais que 4 ou 5% de sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12 ou 15% da renda nacional, ou mais. Êste é o problema central porque a questão principal do desenvolvimento econômico é a rápida acumulação de capital (incluindo aí os conhecimentos e especializações). Nenhuma revolução "industrial" pode ser explicada (como o pretendiam alguns historiadores econômicos) enquanto não se puder explicar por que aumentou relativamente a poupança em relação à renda nacional.

É possível que a explicação seja, simplesmente, que ocorre alguma transformação psicológica que torna a população mais austera. No entanto, esta explicação não é plausível. A população em geral não nos interessa, mas, sòmente, os 10% que possuem as rendas mais elevadas, que, nos países com excedente de mão-de-obra, detêm até 40% da renda nacional (próximo de 30% nos países mais desenvolvidos). Os 90% restantes da população não conseguem nunca poupar uma fração significativa de suas rendas. O problema de maior importância é saber por que êsses 10% de altas rendas passam a poupar mais. O motivo pode ser uma decisão dos mesmos de consumir menos, mas isto não confere com os fatos. Não existe nenhuma prova de diminuição do consumo pessoal dêsses 10%, no momento em que se dão as revoluções industriais. É também possível que, embora não poupem mais, gastem menos de suas rendas em bens de consumo duráveis (túmulos, casas de campo, templos) e mais em capital produtivo. Ao compararmos diferentes civilizações descobriremos, certamente, diferenças surpreendentes quanto à distribuição da renda entre os gastos. As civilizações que apresentam rápido crescimento técnico ou uma expansão de outras oportunidades contam com formas de aplicação mais rentáveis para o investimento que as tecnològicamente estagnadas, e orientam o capital para canais produtivos e não para a construção de monumentos. Mas se tomarmos um país sòmente durante os anos em que se processa uma revolução na taxa de formação de capital, não

se dá nenhuma transformação notável neste aspecto. Julgando-se pelas informações disponíveis, os 10% superiores da Inglaterra não gastavam menos em bens de consumo duráveis em 1800 do que em 1700.

A explicação mais plausível será certamente a de que se poupa mais porque há mais o que poupar. Isto não significa, simplesmente, que a renda nacional *per capita* seja maior, visto que não há provas claras de que a proporção da renda nacional poupada aumente com a renda nacional por habitante; em todo caso, as provas dispersas que possuímos para os Estados Unidos e para o Reino Unido sugerem que não é isso que se verifica. É muito mais provável que a explicação se encontre no aumento relativo da poupança no que se refere à renda nacional porque as rendas dos que poupam também aumentam em relação a esta. O problema central do desenvolvimento econômico é que a distribuição da renda se altera em benefício da classe poupadora.

Pràticamente tôda a poupança provém daqueles que têm lucros ou rendas. A poupança dos trabalhadores é muito pequena. As classes médias poupam alguma coisa, mas em tôdas as comunidades a poupança das classes médias tem, na prática, poucas conseqüências para o investimento produtivo. A maioria dos membros da classe média dedica-se a uma constante luta para manter-se em dia como consumidor; quando consegue poupar o suficiente para adquirir uma casa pode dar-se por satisfeita. Por vêzes poupa para educar seus filhos ou para garantir sua velhice, mas esta poupança é virtualmente equilibrada pelas despoupanças realizadas com a mesma finalidade. Os seguros são a forma favorita de poupança da classe média nas sociedades modernas, mas, no Reino Unido, onde êsse hábito encontra-se extremamente desenvolvido, o aumento líquido anual de fundos de seguros de tôdas as classes — ricas, médias e pobres — é menor que 1,5% da renda nacional. É duvidoso que a classe assalariada tenha poupado alguma vez e em algum lugar 3% da renda nacional (exceção possível: Japão). Se a poupança nos interessa, devemos concentrar nossa atenção nos lucros e nas rendas.

Para nossa finalidade não importa que os lucros sejam ou não distribuídos; a principal fonte de poupança são os lucros e se verificamos que a poupança está aumentando em proporção à renda nacional podemos ter certeza que isso se dá porque está aumentando a participação dos lucros na renda nacional. (Em casos de comunidades altamente taxadas poderíamos dizer, com certo requinte, benefícios líquidos de impostos em vez de lucros, sejam de impostos pessoais sôbre a renda ou impostos às sociedades.) Nosso problema é, portanto, o

seguinte: em que circunstâncias aumenta a participação dos lucros na renda nacional?

O modêlo clássico modificado que utilizamos aqui tem a virtude de responder a isso. De início, a renda nacional é quase que totalmente formada pela renda de subsistência. Se abstrairmos do aumento da população e supusermos que o produto marginal do trabalho é nulo, a renda de subsistência permanecerá constante durante tôda a expansão, visto que, por definição, o trabalho pode ser transferido para o setor capitalista em expansão sem reduzir a produção de subsistência. Assim, o processo aumenta o excedente capitalista e a renda dos patrões capitalistas, tomados em conjunto, enquanto proporção da renda nacional. É possível, no entanto, imaginar condições em que o excedente não aumenta em relação à renda nacional. Isto exige que a ocupação capitalista se expanda relativamente muito mais ràpidamente que o excedente, de modo que dentro do setor capitalista as margens brutas ou os lucros mais as rendas estejam diminuindo sensìvelmente em relação aos salários. Embora as margens brutas fôssem, em nosso modêlo, constantes, os lucros cresceriam em relação à renda nacional. Mas não é provável que as margens brutas sejam constantes em nosso modêlo, que supõe que, pràticamente, todo o lucro da acumulação de capital e progresso técnico vá engrossar o excedente; visto que os salários reais são constantes, a única coisa que os trabalhadores conseguem é que maior número dêles obtenha emprêgo com remuneração acima da do setor de subsistência. O modêlo mostra, com efeito, que se se dispõe de uma oferta ilimitada de mão-de-obra a um salário real constante e se uma parte dos lucros é reinvestida em capacidade produtiva, os lucros aumentarão contìnuamente em relação à renda nacional, aumentando também a formação de capital em relação à renda nacional.

O modêlo se refere também ao caso de uma revolução técnica. Alguns historiadores assinalaram que o capital para a revolução industrial britânica era proveniente dos lucros que tornaram possível o dilúvio de invenções que ocorreu nessa época. Isto se torna extremamente difícil de encaixar no modêlo neoclássico, visto que implica a hipótese de que tais invenções tenham elevado mais a produtividade marginal do capital que a do trabalho, hipótese essa difícil de ser relacionada com qualquer economia onde o trabalho seja escasso. (Se não aceitamos esta hipótese, temos que supor que as demais rendas subam exatamente tão depressa quanto os lucros e que o investimento não aumente em relação à renda nacional.) Por outro lado, esta hipótese ajusta-se perfeitamente ao modêlo clássico modificado, visto que neste pràticamente todo o lucro proveniente das invenções vai engrossar o excedente e se torna útil para uma acumulação maior de capital.

Êste modêlo também nos auxilia a analisar a natureza dos problemas econômicos dos países atrasados. Se perguntamos: "Por que poupam tão pouco?", a verdadeira resposta seria: "Porque são muito pobres", se nos sentíssemos tentados a concluir pelas impressionantes e elogiáveis correlações de Colin Clark. A verdadeira resposta é: "Porque seu setor capitalista é muito pequeno" (lembrando que "capitalista" não significa aqui capitalista privado, mas que pode ser igualmente aplicado ao Estado capitalista). Se houvesse um setor capitalista mais amplo os lucros representariam uma parte maior de sua renda nacional e a poupança e o investimento também seriam relativamente maiores. (O Estado capitalista pode acumular capital de forma ainda mais rápida que o capitalista privado, visto que se pode valer não só dos lucros do setor capitalista, mas também daquilo que consiga ou extraia do setor de subsistência através de impostos.)

Outro ponto que devemos analisar é que, embora o aumento do setor capitalista implique um aumento da desigualdade das rendas entre os capitalistas e o resto, a mera desigualdade das rendas não é suficiente para assegurar um alto nível de poupança. A desigualdade das rendas é, de fato, *maior* nos países subdesenvolvidos superpovoados que nas nações industriais adiantadas pela simples razão de que a renda da terra é muito elevada nos primeiros países. Os economistas britânicos do século XVIII asseguravam que a classe de proprietários de terra era mais propensa ao consumo supérfluo que ao investimento produtivo e isto é verdadeiro para os proprietários de terra dos países subdesenvolvidos. Assim, tomando-se dois países de rendas nacionais iguais, a poupança pode ser maior naquele em que a distribuição é mais eqüitativa quando os lucros, em relação às rendas, são mais elevados. A desigualdade que acompanha os lucros é que favorece a formação de capital e não a desigualdade que acompanha a renda da terra. Conseqüentemente, é muito difícil concluir que êstes países não podem poupar mais, quando 40% da renda nacional estão nas mãos do grupo de altas rendas e quando se desperdiça boa parte das rendas obtidas na terra.

Nossa análise inclui ainda o problema sociológico do surgimento de uma classe capitalista, isto é, de um grupo de homens que pensam em têrmos de investimento produtivo de capital. As classes dominantes das economias atrasadas — proprietários de terra, comerciantes,

prestamistas, sacerdotes, militares, príncipes — normalmente não pensam nestes têrmos. O motivo pelo qual uma sociedade desenvolve uma classe capitalista é muito difícil de ser encontrado, não havendo, provàvelmente, uma resposta geral. A maioria dos países parece começar importando seus capitalistas do exterior; e atualmente muitos (por exemplo, a U. R. S. S. e a Índia) têm desenvolvido uma classe de capitalistas de Estado que, por motivos políticos, de um ou de outro tipo, são obrigados a criar ràpidamente capital por conta do setor público. Quanto aos capitalistas privados nativos, seu surgimento está, provàvelmente, ligado à existência de novas oportunidades, principalmente as que ampliem o mercado, associadas a alguma técnica nova que aumente bastante a produtividade do trabalho, quando êste e o capital são utilizados conjuntamente. Uma vez tendo surgido o setor capitalista é só uma questão de tempo para que êle atinja uma dimensão considerável. Quando o progresso técnico é escasso, o excedente só aumentará lentamente. Mas se, por uma razão ou outra, as oportunidades de utilização produtiva do capital aumentarem com rapidez, o excedente também aumentará ràpidamente e, com êle, a classe capitalista.

Até agora em nosso modêlo o capital só era criado a partir dos lucros obtidos. No entanto, no mundo real os capitalistas também criam capital como resultado de um aumento líquido da oferta de dinheiro, principalmente através do crédito bancário. Devemos, portanto, levar isto também em consideração.

No modêlo neoclássico o capital só pode ser criado retirando-se recursos da produção de bens de consumo. Por outro lado, em nosso modêlo há excedente de trabalho e sendo (como supomos) sua produtividade marginal nula e se, de qualquer forma, fôr possível criar capital a partir do trabalho sem retirar terra ou capital escasso de outros usos, o capital poderá ser criado sem redução da produção de bens de consumo. Esta segunda condição é importante, visto que se necessitamos de capital ou terra para criar capital, os resultados de nosso modêlo serão os mesmos que os do modêlo neoclássico, apesar de haver excedente de trabalho. No entanto, na prática a condição é efetivada. Não se pode obter alimento sem terra, mas pode-se criar estradas, viadutos, canais de irrigação e edifícios com quase nenhum capital; vejam-se as Pirâmides ou os maravilhosos túneis ferroviários construídos em meados do século XIX quase que só com

as mãos. Até mesmo nos países industriais modernos a construção, que se inclina para o trabalho manual, representa até 50 ou 60% do investimento bruto fixo, de modo que não é difícil pensar que o trabalho gera capital sem fazer uso senão dos instrumentos mais simples. Os economistas clássicos não se enganavam ao pensar na falta de capital circulante como obstáculo mais sério à expansão de seu mundo que a falta de capital fixo. Supomos aqui que o excedente de trabalho não pode ser utilizado para produzir bens de consumo sem utilizar mais terra ou capital, mas que pode ser empregado para produzir bens de capital sem utilizar nenhum fator escasso.

Se uma comunidade é dotada de escasso capital e possui recursos ociosos que podem ser empregados para gerar capital, parece aconselhável, tendo em conta os fatos, que sejam utilizados dêsse modo, embora isto signifique a criação de dinheiro adicional, para financiar o nôvo emprêgo. Não se verifica perda em outras produções enquanto o capital está sendo gerado e quando êste passa a ser utilizado propicia elevação da produção e do emprêgo do mesmo modo que o faria o capital financiado, não pela criação de crédito mas mediante os lucros. A diferença entre o capital financiado por crédito e o financiado por lucros não está nos últimos efeitos sôbre o produto nacional, mas nos efeitos imediatos sôbre os preços e a distribuição da renda.

No entanto, antes de tratarmos dos efeitos sôbre os preços, deveríamos deter-nos um momento e ver o que ocorre com a produção de bens de consumo neste e em outros modelos, à medida que é gerado o capital financiado por crédito e antes do início de sua utilização. No modêlo neoclássico, o aumento da formação de capital tem que se acompanhar de uma diminuição correspondente da produção de bens de consumo, visto que os recursos escassos podem ser dedicados a uma coisa ou outra. No modêlo keynesiano, o aumento de formação de capital também aumenta a produção de bens de consumo e se o multiplicador passa de dois, a produção de bens de consumo aumentará ainda mais que a formação de capital. Em nosso modêlo, a formação de capital se eleva, mas a produção de bens de consumo não é imediatamente afetada. Êste é um dos casos cruciais em que é importante que se esteja seguro de estar empregando o modêlo correto, ao ter-se que dar conselhos de política econômica.

Em nosso modêlo, se o excedente de trabalho fôr dedicado à formação de capital e se fôr pago em dinheiro nôvo, os preços aumentarão porque a corrente de compras em dinheiro se dilata, enquanto

que a produção de bens de consumo continua constante. O que ocorre é que a quantidade fixa de bens de consumo é redistribuída pelos trabalhadores recém-empregados, a custa do resto da comunidade (é aqui que se faz sentir a falta de capital circulante). Êste processo não corresponde à "poupança forçada" no sentido usual dêste têrmo. No modêlo neoclássico a produção de bens de consumo é reduzida, forçando a comunidade, como um todo, a poupar. Por outro lado, em nosso modêlo, a produção de bens de consumo não é reduzida em momento algum; verifica-se uma redistribuição forçada do consumo, mas não uma poupança forçada. E tão logo os bens de capital comecem a produzir, o consumo começará a se elevar.

Êste processo inflacionário não prossegue indefinidamente; chega a seu fim quando a poupança voluntária aumenta a um nível que se iguale ao nível inflado do investimento. Visto que a poupança é função dos lucros, isto significa que a inflação prossegue até que os lucros aumentem tanto, em relação à renda nacional, que os capitalistas podem financiar a maior taxa de investimento com seus próprios lucros sem nenhum recurso ulterior à expansão monetária. O equilíbrio é, essencialmente, assegurado pela elevação da relação lucros/renda nacional. No entanto, não é necessário que o equilibrador seja apenas os lucros; poderia ser, igualmente, as rendas governamentais, no caso de existir tal estrutura fiscal que a relação entre as rendas governamentais e a renda nacional aumente automàticamente quando a renda nacional se eleva. Isto parece ser mais ou menos o que ocorreu na U. R. S. S. Nos anos cruciais em que a economia se estava transformando de uma poupança líquida de 5% (provàvelmente) em uma de 20%, verificou-se tremenda inflação de preços (os preços, aparentemente, aumentaram por volta de 700% numa década), mas os lucros inflacionários dirigiram-se, em grande medida, ao govêrno, na forma de impostos sôbre a cifra de negócios, e no final da década já se vislumbrava nôvo equilíbrio.

No entanto, nem sempre é uma coisa simples elevar os lucros em relação à renda nacional, simplesmente pela abertura da torneira monetária. Pode-se supor que o modêlo mais simples e extenso de inflação dar-se-ia quando os capitalistas financiassem a formação de capital gerando crédito, e todo o dinheiro voltasse para os mesmos, logo depois, na forma de aumento de lucros. Neste caso, os lucros, a poupança voluntária e a formação de capital podem atingir qualquer nível desejado, dentro de um período de tempo mais curto, apenas com pequeno aumento nos preços. Algo semelhante pode ter-se passado na U. R. S. S. No entanto, em têrmos reais isto implica que tenha havido uma diminuição relativa da renda nacional recebida por outros setores da população, incluindo mesmo uma diminuição em seu consumo real, visto que terá sido necessária a liberação de bens de consumo para os que se encontravam, anteriormente, desocupados e que passam, então, a concorrer para a formação de capital. Podem ser os camponeses que se encontram em pior situação, sendo isto indicado na relativa elevação dos preços das manufaturas em relação aos preços agrícolas. Ou podem ser os trabalhadores do setor capitalista que se encontrem em pior situação, devido aos preços agrícolas e das manufaturas subirem mais depressa que seus salários. Ou o golpe pode, ainda, recair sôbre os empregados, pensionistas, proprietários de terra ou credores. Mas, no mundo real nenhuma dessas classes aceitará isto sem se movimentar. Na U.R.S.S., onde a intenção era de proporcionar a formação de capital a custa dos camponeses, o resultado foi a violência organizada de ambos os lados. Em nosso modêlo é difícil consegui-lo a custa dos trabalhadores, visto que o salário do setor capitalista deve estar a certo nível mínimo, acima do salário do setor de subsistência, a fim de se obter mão-de-obra. O que geralmente ocorre quando os preços sobem é que se torna necessário fazer novos contratos a fim de levar em consideração os níveis crescentes de preços. Algumas classes ficam em má situação, mas só temporàriamente.

Se prosseguíssemos, lògicamente, nesta argumentação, chegaríamos à conclusão de que o equilíbrio não poderia nunca ser alcançado, enquanto o sistema bancário fôr responsável pelo fornecimento de tôdas as demandas "legítimas" de dinheiro. Se nenhuma das outras classes pode ser prejudicada, parece impossível que os lucros se elevem em relação com a renda nacional durante mais de um espaço temporal limitado, parecendo, portanto, impossível atingir um nível de equilíbrio de poupança que se iguale ao nôvo nível de investimento. Uma vez tendo início a inflação, prossegue ela indefinidamente. No entanto, isto não é possível por outras razões, a saber: o fato de que a renda nacional não é fixa, mas crescente, como resultado da formação de capital. O que se necessita, portanto, é que as rendas reais dos capitalistas aumentem mais depressa que as dos demais. Após o primeiro ou segundo ano, quando começam a surgir os bens de consumo adicionais, já não se torna necessário que nenhuma classe reduza seu consumo. No momento em que o processo de nova contratação tenha tido início, a produção também começa a elevar-se, sendo, assim, possível atingir um *modus vivendi*.

Podemos fazer uma descrição exata dêste equilíbrio em nosso modêlo clássico modificado. Neste modêlo a renda real de subsistência média é dada, verificando-se o mesmo com o salário real no setor capitalista. Não é possível, seja através da inflação ou de outro modo, alcançar nôvo equilíbrio em que o excedente capitalista tenha aumentado a custa de um dos dois expedientes citados. Assim, se os capitalistas começarem a financiar a formação de capital através do crédito, as rendas reais dos demais só diminuirão temporàriamente. Os salários perseguiriam, contìnuamente, os preços pelo simples fato de que o aumento constante da produção propicia aumento constante dos lucros. Daí diminuir constantemente a parte do investimento que é financiada pelo crédito, até que se alcança o equilíbrio. Suponhamos, por exemplo, que um investimento de 100 libras esterlinas por ano produza um lucro de 20, das quais 10 são anualmente poupadas. Se os capitalistas investirem outras 100 libras esterlinas, totalmente financiadas, no primeiro ano, pelo crédito, no décimo primeiro ano os lucros serão de 200 libras esterlinas anualmente, sendo a poupança de 100 libras mais, e não havendo mais pressão monetária sôbre os preços. O resultado de tôda essa operação será 1.000 libras esterlinas a mais de capital produtivo em ação do que haveria se não tivesse sido criado o crédito.

Temos, assim, dois modelos simples que marcam os casos extremos. No primeiro, todo o crédito criado volta imediatamente aos capitalistas em forma de lucro (ou ao Estado capitalista, como impostos). O equilíbrio é, então, fàcilmente alcançado, lucrando os capitalistas a custa dos demais. No outro modêlo, os capitalistas só podem lucrar temporàriamente; neste caso, é necessário muito mais tempo para alcançar o equilíbrio que é, finalmente, alcançado. No primeiro caso, só se necessita de uma expansão da renda monetária; enquanto que no segundo caso, é a própria expansão da renda real que proporciona, finalmente, aos capitalistas a proporção necessária da renda nacional.

Há também que levar em conta o fato de que a formação de capital aumenta o produto real, na análise dos efeitos da criação de crédito sôbre os preços. As inflações que mais se gravam em nossa memória são aquelas ocorridas em períodos bélicos, quando se retiravam recursos da produção de bens de consumo. Quando a oferta de dinheiro aumenta ao mesmo tempo em que diminui a produção de bens, pode-se dar qualquer coisa com os preços. No entanto, a inflação com finalidade de formação de capital pertence a outro tipo diferente. Isto porque resulta numa produção maior de bens de consumo, resultando daí a diminuição dos preços se a quantidade de dinheiro se mantém constante.

Talvez seja interessante ilustrar êsse caso com um exemplo simples. Suponhamos que 100 libras esterlinas são investidas anualmente, criadas, primeiramente, via crédito e que cada investimento produza 30 libras anualmente a partir do segundo ano. Suponhamos que não custe nada tornar o rendimento efetivo, visto que o preço de 30 libras cobrado pela produção não é mais que uma pura renda derivada de sua escassez (investimento em obras de irrigação seria um exemplo quase que perfeito). Se utilizamos, então, a fórmula keynesiana para uma inflação de demanda e supusermos que o multiplicador é dois, a renda monetária chegará a um nível de equilíbrio de mais 200 libras esterlinas por ano. No entanto, o produto começará a aumentar em mais 30 libras esterlinas a partir do segundo ano e daí em diante. No oitavo ano, o produto terá aumentado em mais 210 libras, enquanto que a renda monetária terá aumentado apenas ligeiramente menos, de mais 200 libras. Daí por diante, os preços estarão abaixo do nível inicial e diminuirão contìnuamente. A precisão suposta desta análise está, naturalmente, submetida a tôdas as objeções comumente feitas à aplicação do multiplicador em condições inflacionárias, ou seja, a instabilidade da propensão ao consumo, o efeito de investimentos secundários e os perigos da inflação dos custos. Mas, embora a precisão seja duvidosa, o resultado é, de qualquer forma, real. A inflação com finalidade de formação de capital é autodestrutiva. Os preços começam a aumentar, mas são mais cedo ou mais tarde superados por uma produção maior e podem, em última análise, acabar abaixo do que se encontravam no início.

Podemos agora fazer um resumo do exposto nesta seção. A formação de capital não é sòmente financiada pelos lucros mas também pela expansão do crédito. Isto acelera o aumento do capital e da renda real. Resulta também em alguma distribuição da renda nacional, temporária ou permanentemente, de acôrdo com as hipóteses estabelecidas; no modêlo que utilizamos a redistribuição é apenas temporal. Evita, ainda, que os preços diminuam, como aconteceria (se o dinheiro fôsse constante e o produto crescente) e pode dar lugar a uma considerável alta de preços se (como em nosso modêlo) a distribuição da renda não puder ser permanentemente alterada através de medidas monetárias, visto que os preços continuarão, então, elevando-se até que o produto real tenha aumentado suficientemente para efetuar a redistri-

buição necessária. Daí em diante os preços diminuem, visto que a inflação causa a elevação dos preços enquanto se cria o capital, mas a maior produção faz com que os mesmos diminuam novamente.

Resta ainda um problema. Vimos que quando se utiliza dinheiro nôvo para financiar a formação de capital, a elevação dos preços desaparece à medida que a poupança se equilibra com o investimento; a elevação dos preços é invertida por ela mesma, à medida que tem início a produção de bens de consumo. No entanto, pode ser necessário muito tempo para alcançar o nôvo equilíbrio e se, além disso, fôr considerável o fluxo de dinheiro nôvo, o aumento resultante dos preços pode criar pânico no estado de espírito do público. Êste não se atemoriza quando os preços aumentam durante dois ou três anos; mas, após êsse período, pode começar a perder confiança no dinheiro e pode tornar-se necessário fazer uma drástica parada. Esta é a limitação prática mais importante a êsse tipo de financiamento da formação de capital. Por êste motivo, as autoridades bancárias tendem sempre a alternar curtos períodos de crédito fácil com períodos agudos de restrição. O crédito bancário sobe três degraus e desce um, em vez de crescer contìnuamente. Isto nos leva também ao limiar da questão do ciclo comercial. Se o capital fôsse exclusivamente financiado pelos lucros e se, além disso, não houvesse entesouramento, a formação de capital prosseguiria firmemente. É, principalmente, a existência de um sistema creditício elástico o que torna o ciclo comercial parte integrante do mecanismo do desenvolvimento econômico de uma economia não-planejada. Não precisamos, no entanto, deter-nos na análise do ciclo visto que, neste aspecto, o modêlo que utilizamos não leva a resultados diferentes dos de outros modelos.

Até o momento dissemos muito pouco sôbre as atividades do govêrno, visto que nosso modêlo básico utiliza sòmente os capitalistas, seus assalariados e os produtores de subsistência. Os governos afetam o processo de acumulação de capital de muitas maneiras e a inflação que promovem não é das menos importantes. Muitos dos governos de países atrasados encontram-se também ansiosos por utilizar o excedente de mão-de-obra para a formação de capital e como muita coisa pode ser feita com trabalho e algumas ferramentas (estradas, irrigação, reprêsas, escolas, etc.) é útil dizer algo sôbre o problema. Passaremos, portanto, a analisar o efeito da formação de capital governamental financiada pela inflação e nos daremos o direito de recapitular a análise da seção anterior.

Os resultados, como nos podemos lembrar, encontram-se entre dois extremos. De um lado, todo o dinheiro gasto pelo govêrno volta ao mesmo em forma de impostos, o que é aceito por tôdas as classes. Neste caso, os preços elevam-se muito pouco. De outro lado, tôdas as classes se negam a aceitar redistribuição entre elas e o govêrno. Neste caso, os preços tendem a subir contìnuamente, até que uma produção maior (resultante do capital formado) atinja, mais cedo ou mais tarde, os preços, levando-os a baixar novamente. Uma produção maior aumentará também a participação "normal" do govêrno na renda nacional e cessará qualquer pressão monetária quando a participação "normal" se tiver elevado ao nível de participação inflada que tenta obter.

Êstes resultados sugerem os problemas que deveremos abordar. 1. Qual a parte da renda marginal que volta automàticamente ao govêrno? 2. Qual o efeito da inflação sôbre as diversas classes? 3. Qual o efeito da formação de capital governamental sôbre a produção?

(Devemos ainda lembrar outro problema. Vimos supondo, até o momento, uma economia fechada. Numa economia aberta a inflação destrói o balanço de pagamentos. Temos, portanto, que supor que o govêrno têm contrôle estrito sôbre as transações exteriores. Esta hipótese é válida para algumas economias atrasadas; outras entrariam em total desordem se se lançassem num financiamento inflacionário.)

Não é possível que todo o dinheiro gasto pelo govêrno volte ao mesmo, na primeira etapa, visto que isto suporia que o govêrno se apropriasse de 100% da renda marginal. No caso de o govêrno se apropriar de qualquer parcela da renda marginal, parte do dinheiro voltará para o govêrno; mas mesmo o multiplicador keynesiano não o devolverá todo, a menos que a única saída sejam os impostos (isto é, que não haja poupança). Quanto maior a participação do govêrno nas rendas marginais, maior será a parte que voltará ao mesmo, assim como mais depressa ela retornará, sendo então menor o efeito sôbre os preços.

Desde a Segunda Guerra Mundial, certo número de governos dos Estados industriais modernos parecem apoderar-se através de impostos de cêrca de 40 a 50% das rendas marginais. Esta é uma das maiores razões para que seus níveis de preços não tenham aumentado mais, apesar da forte pressão sôbre os recursos para formação de capital, defesa, etc. No entanto, nos países atrasados os governos não se apropriam senão de uma parte muito pequena das rendas marginais. Os governos mais bem situados dêste ponto de vista são os dos países

cuja produção se acha concentrada em algumas amplas unidades (minas, plantações), fáceis de serem taxadas, ou cujo comércio exterior contribui para grande parte da renda nacional e é fàcilmente atingido pelas taxas impostas à importação e à exportação. Um dos países em pior condição é a Índia, com grande parte de seu produto extraído do setor de subsistência e de unidades de pequena escala, difíceis de serem atingidas por impostos e tendo menos de 10% da renda nacional relacionada com o comércio exterior. Em muitos casos, o impôsto marginal é menor que o impôsto médio, pois quando as rendas monetárias aumentam, o govêrno continua exigindo os mesmos preços para o tráfego ferroviário ou para os selos, vacilando na criação de impostos territoriais sôbre os camponeses, resultando daí que as rendas monetárias elevam-se mais ràpidamente que as rendas do govêrno. Nenhum govêrno deveria considerar o financiamento deficitário sem se assegurar de que grande parte dos incrementos da renda monetária voltarão, automàticamente, ao mesmo. A U.R.S.S., pelo contrário, com sua elevada taxação sôbre o montante das operações, automàticamente elimina os fundos excedentes injetados no sistema antes que êstes gerem muita inflação de demanda através do processo do multiplicador.

O problema a seguir corresponde ao efeito da inflação sôbre a distribuição da renda. O dinheiro excedente eleva os preços, alguns mais que outros. O govêrno provàvelmente tratará de evitar que os preços aumentem, o que conseguirá mais com alguns preços que com outros. É fácil aplicar o contrôle dos preços às emprêsas de grande escala, mas torna-se muito difícil evitar que os camponeses aumentem os preços dos alimentos ou que os comerciantes varejistas obtenham amplas margens. Do ponto de vista da formação de capital, o melhor que pode ocorrer com o dinheiro adicional é que vá para as mãos daqueles que voltarão a investi-lo produtivamente. As classes mercantis provàvelmente o utilizariam para especular, principalmente com as mercadorias que começam a escassear. A classe média compraria principalmente automóveis americanos ou faria viagens à Europa, obtendo de algum modo as divisas estrangeiras. Os camponeses deveriam utilizá-lo para melhorar suas terras, mas, provàvelmente, a maioria o utilizaria sòmente para liquidar dívidas ou para comprar mais terras. Não há realmente senão uma classe que certamente voltará a investir seus lucros de modo produtivo e é esta a classe dos industriais. Assim, os efeitos da inflação sôbre a formação secundária de capital depende, em primeiro lugar, do tamanho da classe industrial e, em segundo lugar, de irem os lucros parar, em grande medida, nas mãos dessa classe.

Nos países em que a classe industrial é pequena a inflação leva, principalmente, à especulação de mercadorias e de terras e ao entesouramento de divisas estrangeiras. Mas em qualquer país onde a classe industrial tenha um pêso considerável, a paixão que esta tem por possuir fábricas maiores e melhores faz com que mesmo as mais atemorizantes inflações (por exemplo, na Alemanha a partir de 1919) deixem como saldo um aumento considerável da formação de capital. Teremos aqui esbarrado com algum instinto psicológico que leve os industriais a utilizar sua riqueza de modo mais criador que os outros? Provàvelmente não é isso o que se dá. O que ocorre é simplesmente que seu trabalho é do tipo em que o fascínio pelo êxito resulta na formação de capital. O camponês deseja mais terra, e não mais capital em sua terra (a não ser que seja um proprietário capitalista moderno) de modo que sua paixão é dissipada, simplesmente, em alterações de preço e distribuição de terras. O comerciante deseja uma margem mais ampla ou um mais rápido giro do capital e nenhuma dessas coisas aumenta o capital fixo; o banqueiro visa a um maior número de depósitos. Sòmente a paixão do industrial leva à utilização dos lucros para a criação de um maior e mais variado império. De tudo isto podemos concluir que a inflação é mais útil à formação de capital nas comunidades industriais; enquanto que nos países onde a classe industrial é insignificante, não se aproveita nada no término da inflação, exceto o investimento originário que deu início à mesma. Deveríamos também observar que muitos governos não vêem com bons olhos o fato de a inflação permitir que os industriais obtenham lucros extraordinários e criem capital fixo, visto que isso resulta num aumento das fortunas privadas. Fazem, portanto, tudo que podem para evitar que a inflação aumente os lucros dos industriais. Prendem-se principalmente aos preços industriais que são, além de tudo, os mais fáceis de ser controlados, do ponto de vista administrativo. Visto ser a classe industrial a que mais poupa, o resultado é uma exacerbação da inflação. Seria muito mais prudente desenvolver medidas que resultassem num aumento mais rápido dos lucros dos industriais em relação a outras rendas e, então, taxar êsses lucros, seja imediatamente ou após a morte de seus beneficiários.

A inflação continua enquanto a comunidade não desejar entesourar uma quantidade igual ao gasto de investimento acrescido. Não é, portanto, suficiente que a poupança aumente nesta cidade, pois se a poupança fôr utilizada para investimentos adicionais, continua existindo a diferença inicial. A brecha só é preenchida quando a poupança

é entesourada ou utilizada na compra de bônus do govêrno, de tal modo que êste possa financiar seus investimentos através de empréstimos, em vez de emitir dinheiro nôvo. Resulta daí que se o govêrno na prática desejar liquidar a inflação sem reduzir seus investimentos, terá que encontrar meios de atrair para seus cofres, através de impostos ou empréstimos, a mesma importância que despende. Se não tiver êxito, prosseguirá a inflação. Seria, então, melhor que continuasse, principalmente porque os capitalistas aplicam seus lucros numa formação maior de capital e não tanto porque outras classes estejam lutando por uma produção limitada de bens de consumo. No entanto, se se deseja que a inflação termine o quanto antes, deve-se incentivar tôdas as classes para que façam investimentos em bônus do govêrno em vez de gastar de outro modo.

Chegamos, finalmente, à relação entre capital e produto. Se a intenção é financiar a formação de capital mediante a criação de crédito, os melhores instrumentos para tal política serão os que produzem ràpidamente uma renda considerável. Financiar a construção de escolas mediante a criação de crédito é criar problemas. Por outro lado, há grande quantidade de programas agrícolas (abastecimento de água, fertilizantes, granjas experimentais de seleção de sementes, extensão agrária) dos quais se pode esperar resultados consideráveis e rápidos com gastos modestos. Havendo recursos ociosos disponíveis para a formação de capital é tolice não utilizá-los devido simplesmente a dificuldades técnicas ou políticas fiscais. Mas seria igualmente tolice utilizá-los em programas que demoram muito tempo para dar pequenos resultados, quando há outros programas que dariam excelentes resultados ràpidamente.

Podemos resumir do seguinte modo: quando a mão-de-obra é abundante e os recursos físicos são escassos, o efeito primordial sôbre a produção é o mesmo, tanto no caso de o govêrno criar capital através de impostos como através do crédito — a produção de bens de consumo permanece invariável, mas se redistribui. Daí a criação de crédito dever ser vista principalmente como alternativa à taxação, que só compensaria as perturbações que provoca se a imposição de maiores impostos causasse ainda mais perturbações. No entanto, a criação de crédito tem outra vantagem sôbre a taxação, visto que se redistribui a renda em favor da classe industrial (quando esta exige), e os lucros aceleram a formação de capital. Se fôr impossível um aumento dos impostos e a alternativa fôr a criação de capital mediante o crédito ou não criá-lo de modo algum, a decisão a ser tomada recairá ou sôbre a estabilização dos preços ou sôbre o aumento da produção. Não existem fórmulas simples para esta tomada de decisão. Em algumas comunidades, qualquer inflação adicional de preços arruinaria um frágil equilíbrio social e político; em outras, êste equilíbrio será rompido se não houver um violento aumento da produção num futuro próximo; e em outras, ainda, o equilíbrio será de qualquer maneira quebrado.

Façamos um resumo de nossa análise. Vimos que, se dispomos de mão-de-obra ilimitada a um salário real constante, o excedente capitalista aumentará contìnuamente e o investimento anual corresponderá a uma proporção crescente da renda nacional. Observe-se, ainda, que isto não pode prosseguir indefinidamente.

O processo deve ser detido quando a acumulação de capital tiver atingido a população, de modo a não haver mais excedente de trabalho. Pode, no entanto, ser detido antes disso. Grande número de razões pode colaborar para que o processo se detenha, mas são razões que estão fora de nosso sistema de análise e que vão desde os movimentos sísmicos ou a peste bubônica até a revolução social. Mas pode também deter-se pela razão econômica ou seja que, apesar da existência do excedente de trabalho, aumentem os salários reais até reduzir os lucros dos capitalistas a tal nível que a totalidade dos lucros seja consumida, não havendo investimento líquido.

Isto pode ocorrer por uma das quatro razões seguintes: Em primeiro lugar, se a acumulação de capital se der mais depressa que o aumento da população reduzindo, portanto, em números absolutos o número de pessoas do setor de subsistência, o produto médio por homem neste setor aumentará automàticamente, não devido a uma alteração da produção, mas por haver menos bôcas para partilhar o produto. Depois de certo tempo, a transformação começa a ser verificada na realidade e os salários capitalistas começam a sofrer elevação. Em segundo lugar, o aumento da dimensão do setor capitalista em relação ao setor de subsistência pode alterar a relação real de intercâmbio, de modo desfavorável ao setor capitalista (no caso de serem produzidos bens diferentes), podendo, assim, forçar os capitalistas a pagar a seus trabalhadores percentagem mais elevada de seu produto, a fim de manter constante a sua renda real. Em terceiro lugar, o setor de subsistência pode também tornar-se mais produtivo no sentido técnico. Pode, por exemplo, começar a imitar as técnicas do setor capitalista; ou podem os camponeses começar a utilizar algumas das novas sementes ou tomar conhecimento da existência de novos fertilizantes ou novos métodos de rotação. Podem ainda beneficiar-se

diretamente de alguns dos investimentos capitalistas como, por exemplo, obras de irrigação, facilidades de transporte ou eletricidade. Tudo aquilo que elevar a produtividade do setor de subsistência (média por pessoa) elevará os salários reais do setor capitalista, reduzindo, portanto, o excedente capitalista e a taxa de acumulação do capital, a não ser que ao mesmo tempo se modifique, mais que proporcionalmente, a relação real de intercâmbio contra o setor de subsistência. Por outro lado, embora a produtividade do setor capitalista não se altere, os trabalhadores dêste setor poderão imitar o modo de vida capitalista, passando, assim, a necessitar de mais para viver. O nível de subsistência não é senão uma idéia convencional e as convenções mudam. O efeito disso seria ampliar a diferença entre o que se ganha no setor de subsistência e os salários do setor capitalista. Isso se torna difícil quando a mão-de-obra é abundante, mas pode obter êxito através de uma combinação de pressões sindicais e consciência capitalista. Se isto fôr conseguido, dar-se-á uma redução do excedente capitalista e também da taxa de acumulação de capital.

A mais interessante destas possibilidades é que a relação de intercâmbio pode-se modificar, em prejuízo do setor capitalista. Isto supõe que setores capitalistas e de subsistência produzam bens diferentes. Na prática é um problema da relação entre indústria e agricultura. Se os capitalistas investirem na agricultura de plantação ao mesmo tempo em que investem na indústria, pode-se falar de um setor capitalista autárquico. A expansão dêste setor não gera, neste caso, demanda de nada do que é produzido no setor de subsistência e, dentro desta hipótese, não haveria relações de intercâmbio a serem equilibradas de acôrdo com o quadro traçado. A fim de se introduzir a relação real de intercâmbio a melhor hipótese a ser feita é a de que o setor de subsistência é constituído por camponeses que produzem alimentos, enquanto que o setor capitalista produz tudo o mais.

Se o setor capitalista não produz alimentos, sua expansão aumenta a demanda dos mesmos, elevando seu preço em têrmos dos produtos do setor capitalista e reduz, assim, os lucros. Esta é uma das formas de a industrialização depender das melhorias na agricultura; não é rentável produzir volume crescente de manufaturas, a menos que a produção agrícola aumente simultâneamente. É também por êsse motivo que as revoluções industriais e agrícolas verificam-se sempre concomitantemente, e que nas economias onde a agricultura se encontra estagnada não se verifica nenhum desenvolvimento industrial. Portanto, se postulamos que o setor capitalista não produz alimentos, devemos

postular ou que o setor de subsistência está aumentando sua produção ou concluir que a expansão do setor capitalista chegará a um fim, visto que uma relação de intercâmbio desfavorável terminará por devorar seus lucros. (O problema de Ricardo quanto às rendas crescentes está claramente ligado a esta conclusão; preocupava-se êle com o aumento das rendas *dentro* do setor capitalista, enquanto que nós nos preocupamos com as rendas *fora* do setor.)

Se supomos, por outro lado, que o setor de subsistência produz mais alimentos, enquanto evitamos a Cila* da relação desfavorável de intercâmbio podemos ir de encontro ao Caribde** dos salários reais, que aumenta visto ser o setor de subsistência mais produtivo. Evitaremos tanto Cila quanto Caribde se a maior produtividade do setor de subsistência fôr mais do que compensada pela melhoria da relação de intercâmbio. No entanto, se o setor de subsistência produz alimentos cuja elasticidade de demanda é menor que a unidade, os aumentos da produtividade serão mais do que compensados pela diminuição do preço. Um aumento da produtividade no setor de subsistência prejudicará o setor capitalista no caso de não haver comércio entre os dois ou se a demanda do setor capitalista em relação à produção do setor de subsistência fôr elástica. Dentro das hipóteses aqui apresentadas, um aumento de produtividade dos alimentos beneficia o setor capitalista. No entanto, quando levamos em consideração a demanda crescente, não é de todo improvável que o preço dos alimentos não diminua tão depressa quanto aumenta a produtividade e isto obrigará os capitalistas a despender parte maior de seu produto em salários.

Não havendo esperança de que os preços diminuam tão ràpidamente quanto aumenta a produtividade (devido ao aumento da demanda) a melhor atitude dos capitalistas é impedir que os camponeses mantenham tôda a sua produção adicional. No Japão isto foi alcançado por uma elevação da renda da terra, de modo desfavorável aos camponeses, e por uma elevação dos impostos, de forma que boa parte do rápido aumento da produtividade que se verificara (duplicada entre 1880 e 1910) foi desviada dos camponeses e utilizada para a formação de capital; ao mesmo tempo, a contenção das rendas dos camponeses também manteve os salários baixos, com vantagem para os lucros do setor capitalista. Algo parecido verificou-se na U.R.S.S., onde as ren-

* Ninfa do mar, na mitologia grega, transformada por Circe, sua rival, num monstro que vivia num penhasco no estreito de Messina (entre a Sicília e a Itália). (N. T.)

** Redemoinho junto ao penhasco de Cila. (N. T.)

das dos camponeses foram mantidas baixas, apesar da mecanização do campo e da liberação de mão-de-obra com destino às cidades; isto ocorreu juntamente com a elevação dos preços das manufaturas em relação aos produtos do campo, verificando-se também forte tributação sôbre as fazendas coletivas.

Isto serve ainda para definir o caso em que é válido dizer que a agricultura financia a industrialização. Se o setor capitalista é autárquico sua expansão não dependerá, de modo algum, dos camponeses. O excedente é obtido totalmente "a custa" dos trabalhadores do setor capitalista. Mas se o setor capitalista depende dos camponeses para a alimentação, é essencial conseguir fazer com que êstes produzam mais, enquanto que, se ao mesmo tempo fôr possível evitar que desfrutem essa maior produção, os salários do setor capitalista poderão, em relação ao excedente, ser reduzidos. Ao contrário, um Estado governado pelos camponeses pode ser feliz e próspero embora não tenda a apresentar acumulação tão rápida de capital. (Por exemplo, irão, neste aspecto, divergir a China e a U.R.S.S.?)

Chegamos, portanto, à conclusão de que a expansão do setor capitalista pode ser detida por um aumento do preço dos bens de subsistência ou porque o preço não diminui tão ràpidamente quanto o exige o aumento da produtividade *per capita* no setor de subsistência ou, ainda, por elevarem os trabalhadores capitalistas seu nível de subsistência. Qualquer uma dessas alternativas aumentaria os salários em relação ao excedente. Isto pode dar-se ainda que a população aumente. Por exemplo, se é preciso investir 3% da renda anual para ocupar 1% a mais da população, um investimento líquido de 12% pode ocupar até 4% de aumento da população. Mas a população da Europa Ocidental só aumentou, nos períodos que nos interessam, em aproximadamente 1% ao ano (o que também corresponde ao aumento atual da Índia) e as taxas que excedem 2,5% ao ano são raras inclusive na atualidade. Não podemos dizer que o capital avançará sempre mais ràpidamente que o trabalho (desde logo, não foi o que se deu na Ásia), mas podemos dizer que se as condições forem favoráveis para que o excedente capitalista aumente mais ràpidamente que a população, chegará o dia em que a acumulação de capital terá alcançado a oferta de trabalho. Ricardo e Malthus não trataram disto em seus modelos, pois sobrestimavam a taxa de aumento demográfico. Marx tampouco o fêz, visto estar persuadido de que a acumulação de capital aumenta o desemprêgo ao invés de reduzi-lo. (Tinha construído um modêlo curioso em que o efeito, a curto prazo, da acumulação, consistia na redução do desemprêgo, no aumento de salários, produzindo, portanto, uma crise enquanto que o efeito a longo prazo consistia no aumento do exército de reserva dos desempregados.) Dentre os economistas clássicos sòmente Adam Smith percebeu claramente que a acumulação de capital criaria, eventualmente, escassez de trabalho e elevaria os salários acima do nível de subsistência.

Ao desaparecer o excedente de trabalho, nosso modêlo de economia fechada perde sua validade. Os salários, então, já não estão ligados a um nível de subsistência. Adam Smith pensava que dependeriam, então, do grau de monopólio (doutrina que voltou à tona nos anos 30 como uma das novidades da análise econômica moderna). Os neoclássicos criaram a doutrina da produtividade marginal. O problema não está, contudo, resolvido de modo satisfatório. No mundo clássico todos os países apresentam excedente de trabalho. No mundo neoclássico o trabalho é escasso em todos os países. No entanto, no mundo real os países que atingiram a escassez de trabalho vêem-se cercados por outros que apresentam trabalho em abundância. Em vez de nos concentrarmos num país e examinar a expansão de seu setor capitalista, devemos considerar agora êsse país como parte do setor capitalista em expansão na economia mundial, como um todo, indagando de que modo a distribuição da renda dentro do país e sua taxa de acumulação de capital são afetadas pelo fato de existir trabalho abundante em outros lugares, disponível a salários de subsistência.

A Economia Aberta

Quando a acumulação de capital alcança a oferta de trabalho, os salários começam a subir acima do nível de subsistência e o excedente capitalista vê-se afetado de modo desfavorável. No entanto, se continua a haver excedente de mão-de-obra em outros países, o capitalista pode evitar isto de dois modos: incentivando a imigração ou exportando seu capital para os países em que ainda existe excedente de mão-de-obra a salários de subsistência. Examinaremos estas duas alternativas separadamente.

Antes de mais nada, deixemos de lado os efeitos da imigração da mão-de-obra especializada, visto que nossa principal preocupação refere-se à abundante imigração de mão-de-obra não-qualificada, pro-

cedente dos setores de subsistência de outros países. Teòricamente, é possível que a imigração de trabalhadores especializados reduza a demanda de trabalho nativo não-qualificado, mas é muito pouco provável que isso se dê. O que é mais provável é que torne possíveis novos investimentos e indústrias que eram anteriormente inexeqüíveis, aumentando, assim, a demanda de todo tipo de trabalho em relação à sua oferta.

Deixemos também de lado as imigrações relativamente pouco numerosas. Se 100.000 pôrto-riquenhos emigram para os Estados Unidos anualmente, o efeito sôbre os salários norte-americanos é desprezível. Os salários americanos não serão rebaixados ao nível dos de Pôrto Rico; serão os salários de Pôrto Rico os que serão elevados ao nível dos salários dos Estados Unidos.

A imigração em massa constitui outro capítulo. Se houvesse imigração livre da Índia e da China para os Estados Unidos, o nível salarial dos Estados Unidos ver-se-ia certamente rebaixado aos níveis chineses e indianos. Num modêlo competitivo o salário americano só poderia, de fato, exceder o asiático numa quantidade que cobrisse os custos de imigração mais o "penhasco" a que anteriormente nos referimos. O resultado será o mesmo tanto se supusermos rendimentos crescentes como decrescentes para o trabalho. Os salários são constantes a um nível ligeiramente superior ao de subsistência. Todos os lucros dos rendimentos crescentes se encaminharão para o excedente capitalista.

Esta é uma das razões pelas quais, em todos os países onde o nível de salários é relativamente elevado, os sindicatos são violentamente hostis à imigração, tentando limitá-la exceto quando se refere a algumas pessoas de categorias especiais. Resulta daí que os salários são mais elevados do que, de outro modo, o seriam, enquanto que os lucros, os recursos de capital e o produto total são menores do que o seriam.

A exportação de capital é, portanto, uma solução muito mais fácil para os capitalistas, visto que os sindicatos trabalham eficientemente contra a imigração, sendo, no entanto, muito menos eficazes no contrôle à exportação de capital.

A exportação de capital tem o efeito de reduzir a criação de capital fixo no interior, reduzindo, assim, a demanda de trabalho. Continuará a faltar mão-de-obra para criar capital (por exemplo, para

fabricar máquinas para a exportação), mas não será mais exigido que a mão-de-obra doméstica trabalhe com o capital que teria sido investido dentro do país.

Êste é, no entanto, um dos aspectos da questão, pois o capital pode ser utilizado no exterior de modo a elevar o padrão de vida do país exportador de capital (compensando, assim, total ou parcialmente, o primeiro efeito). O resultado dependerá do tipo de concorrência existente entre o país exportador de capital e o país importador do mesmo.

Suponhamos, de início, que não existe concorrência e que, inclusive, não existe comércio. Os dois países seriam auto-suficientes. No entanto, os salários estariam subindo no país A, enquanto que no país B o trabalho seria abundante. Por êsse motivo, os capitalistas de A investiriam seu capital em B. Os rendimentos do comércio mostrariam, em primeiro lugar, o excedente de exportação de A, que representaria a transferência de capital e mais tarde o excedente de importação, que representaria a entrada dos dividendos. Não se verificaria nenhum efeito sôbre os trabalhadores de A, exceto que seus salários deixariam de aumentar como o teriam feito se o capital tivesse sido investido dentro do país. Se os recursos de A e B forem exatamente iguais, os salários não podem aumentar em A até que a acumulação de capital em B tenha eliminado o excedente de trabalho de B.

Na realidade, os recursos dos dois países não são exatamente iguais e não podemos supor que seja mais rentável investir em B, quando os lucros em A estão diminuindo (o que também não se pode garantir). A rentabilidade do investimento num país depende de seus recursos naturais, de seu material humano e da quantidade de capital já investido no mesmo.

Os investimentos mais produtivos são os realizados para acelerar o desenvolvimento dos recursos naturais de fácil acesso, como as terras férteis, o carvão e outros minerais, o petróleo. Esta é a principal razão pela qual a maioria do capital exportado nos últimos cem anos dirigiu-se às Américas e à Austrália, em vez da Índia ou da China, onde os recursos já estavam em utilização. Nas partes bem desenvolvidas do mundo (no sentido de recursos) a principal oportunidade de investimento produtivo é a melhoria de técnicas; êstes países encontram-se bem desenvolvidos (e inclusive superdesenvolvidos) no que diz respeito aos recursos, mas encontram-se subdesenvolvidos em suas técnicas.

Torna-se rentável aplicar capital na introdução de novas técnicas, não sendo, porém, tão rentável quanto a utilização de capital para o aproveitamento, ao mesmo tempo, de novas técnicas e novos recursos. Isto explica também por que o Reino Unido se transformou, ràpidamente, num país exportador de capital (os limites de seus recursos naturais foram atingidos muito cedo), enquanto que os Estados Unidos têm esta fase ainda pouco desenvolvida visto que seus recursos naturais são tão extensos que continua sendo muito rentável o investimento de capital no interior do país, embora os salários sejam muito elevados.

A produtividade depende também do material humano. Embora a composição genética dos povos possa ser mais ou menos a mesma, no que se refere à produtividade potencial, sua herança cultural é muito diversa. As diferenças no grau de alfabetização, nas formas de govêrno, nas atitudes frente ao trabalho e nas relações sociais podem implicar, em geral, uma grande diferença na produtividade. É natural que os capitalistas considerem mais rentável e mais seguro investir nos países onde a atmosfera é capitalista do que em culturas totalmente diferentes.

Mas isto não é tudo. A produtividade do investimento em B não depende sòmente de seus recursos naturais e humanos, mas também da eficiência de tôdas as demais indústrias cujos serviços serão utilizados pelo nôvo investimento. Isto depende, em parte, do grau de capitalização destas indústrias. A produtividade de um investimento dependerá dos investimentos anteriormente realizados. Pode, portanto, ser mais rentável investir capital em países que já contam com grande quantidade de capital que num país nôvo. Se fôsse sempre assim não se exportaria capital algum e a diferença entre os salários dos países com excedente de trabalho e sem êsse excedente não diminuiria e, muito pelo contrário, aumentaria cada vez mais. Na prática, a exportação de capital é escassa e a diferença aumenta, e não podemos, em absoluto, excluir a possibilidade de que haja uma tendência natural do capital a se dirigir para os países capitalizados, evitando os descapitalizados.

Se pudéssemos supor que existe uma tendência natural à diminuição da taxa de lucros numa economia fechada, poderíamos dizer que, por mais baixa que seja essa taxa em outros países, a da economia fechada deverá, em última instância, diminuir até alcançar o nível dos demais países, quando, então, deverá ter início a exportação de capital. Pràticamente todos os economistas mais famosos de tôdas as escolas e em todos os séculos afirmaram a existência de tal tendência, embora suas razões tenham variado enormemente. A exceção mais notável é a de Marshall, que deu uma resposta correta — que o capital crescente *per capita* tende a diminuir o rendimento do capital, enquanto que o conhecimento tecnológico crescente tende a elevá-lo. Vemos assim, dizia Marshall, que o rendimento diminuiu de 10% na Idade Média para 3% em meados do século XVIII — longo período de lento progresso técnico — quando a diminuição se deteve devido ao grande número de oportunidades para utilizar capital. Assim sendo, a tendência natural à diminuição do rendimento do capital não é senão um mito popular. O rendimento pode ou não diminuir; o que não podemos é prevê-lo.

No entanto, a resposta seria diferente se, em vez de falarmos da taxa de lucro do capital, em geral, nos referíssemos à taxa de lucros em determinados setores do investimento. Em qualquer setor determinado, as possibilidades de expansão posterior esgotam-se logo ou, então, tornam-se muito reduzidas. Tôdas as indústrias se desenvolvem de acôrdo com um esquema logístico, aumentando lentamente no início, ràpidamente a seguir e, finalmente, aumentando outra vez de modo lento. Por isto, os inversionistas de qualquer setor chegam, mais cedo ou mais tarde, ao ponto em que não faz muito sentido investir neste campo, dentro do país. Podem colocar seus lucros acumulados em indústrias bem diversas, havendo, porém, a tentação de se dedicarem ao campo em que têm conhecimento especializado, utilizando seus lucros para levar sua indústria a outros países novos.

O que dá origem à exportação de capital não são, inevitàvelmente, os lucros decrescentes dentro do país, ou os salários em elevação, mas simplesmente o fato de que os países estrangeiros possuem diferentes recursos em diferentes graus de utilização, havendo, portanto, algumas oportunidades rentáveis para o investimento no exterior. Isto não depende nem mesmo de que a acumulação de capital tenha alcançado o excedente interno de mão-de-obra, pois mesmo quando continua a haver excedente interno de trabalho, a salários de subsistência, os investimentos no exterior podem ser mais rentáveis. Muitos dos capitalistas que vivem em países com excedente de trabalho investem seu capital na Inglaterra ou nos Estados Unidos.

Não devemos, portanto, dizer que um país começará a exportar capital assim que a acumulação interna de capital iguale a oferta de trabalho. Os países exportam capital, em várias circunstâncias, e podemos dizer que se o trabalho fôr escasso nesses países o efeito será a redução da demanda de trabalho nos mesmos, evitando, assim, que os salários aumentem tanto como de outro modo.

Suponhamos agora que os dois países não sejam concorrentes, mas que comerciem entre si. Há duas variantes neste caso. Uma, em que os dois países não produzem senão um bem, embora um bem diferente em cada um dêles. Nesta hipótese os níveis de salários não são determinados um em relação ao outro. No segundo caso, cada país produz dois ou mais bens, sendo um dêles comum a ambos, aquêle que é produzido no setor de subsistência.

Suponhamos que no primeiro caso, o país A produz trigo e o país B produz amendoim. Os preços relativos são ùnicamente determinados pela oferta e demanda. Suponhamos que se desenvolva um setor capitalista em A, aplicando novas técnicas à produção de trigo. De início, poderá obter mão-de-obra ilimitada, a um salário médio em trigo, relacionado à produção média de trigo no setor de subsistência. No entanto, no devido momento, o excedente de mão-de-obra é eliminado e os salários em trigo começam a subir. Se as técnicas capitalistas que desenvolveram a produção de trigo forem igualmente aplicáveis ao amendoim, compensará exportar capital para B, onde há mão-de-obra ilimitada a salários relacionados com a produção média de subsistência de amendoim.

Assim como no caso anteriormente analisado, os salários de A serão mantidos baixos pela rentabilidade do investimento em B. Temos, no entanto, que levar em consideração um elemento nôvo, devido aos efeitos do investimento sôbre os têrmos de intercâmbio. Quando se investe capital em A, aumentando a produção de trigo, o preço do amendoim aumentará relativamente. Portanto, os trabalhadores capitalistas, assim como os do setor de subsistência de A, estarão em pior situação, em têrmos de amendoim, embora continuem a ganhar o mesmo salário real em trigo. Por sua vez, os trabalhadores de B estarão melhor em têrmos de trigo, enquanto que continuam a ganhar o mesmo em amendoim. Quando se investe capital em B, ocorre o contrário: os têrmos de intercâmbio se modificam, em prejuízo dos trabalhadores de B e a favor dos de A.

A moral da história é que a exportação pode chegar a beneficiar os trabalhadores quando o capital é aplicado a fim de aumentar a oferta dos bens que importam. Por exemplo, o investimento interno exclusivo na indústria algodoeira britânica em 1850, ao mesmo tempo que apresentou tendência a elevar os salários, chegou também a deprimir mais ainda os têrmos de intercâmbio, em prejuízo da indústria algodoeira.

Quando passamos ao segundo caso, verificamos que o resultado é o mesmo, exceto para os têrmos de intercâmbio que se encontram agora determinados. Suponhamos que os dois países produzem alimentos mas não comerciam com êles. O país A produz também aço e o B produz, ainda, borracha. Se o país B puder liberar quantidades ilimitadas de trabalho do setor de produção de alimentos de subsistência, os salários de B serão iguais ao produto médio (não marginal) de alimentos (abstraindo da diferença entre salário de subsistência e capitalista). Em A os salários também não podem ficar abaixo da produtividade no setor de alimentos. Podemos simplificar supondo, em primeiro lugar, que o trabalho seja o único fator de produção e que o trabalho de um dia

produz em A três de alimentos ou três de aço
produz em B um de alimentos ou um de borracha.

Os salários de A serão, portanto, o triplo dos de B (a diferença na produtividade de alimentos). E a razão de troca será um de alimentos = um de aço = um de borracha. Suponhamos agora que a produtividade aumente sòmente na indústria de borracha, de modo que o trabalho de um dia produza agora três de borracha. Isto é excelente para os trabalhadores de A, visto que um de aço servirá para comprar três de borracha. Mas não trará nenhum benefício aos trabalhadores de B (exceto na medida em que comprem borracha), visto que seu salário continuará sendo um de alimentos. Se, por outro lado, a economia de subsistência se tornasse mais produtiva, os salários aumentariam de modo correspondente. Suponhamos que o trabalho de um dia produza agora, em B, três de alimentos ou um de borracha; neste caso, os salários seriam tão elevados em B quanto em A e o preço da borracha seria agora um de borracha = três de aço. Os trabalhadores de A se beneficiariam se aumentasse a produtividade de B naquilo que A compra e seriam prejudicados se aumentasse a produtividade do setor de subsistência de B. Os trabalhadores de B se beneficiariam sòmente no caso de aumentar a produtividade de seu setor de subsistência; todos os demais aumentos seriam perdas em têrmos de intercâmbio.

Temos aqui a chave do problema, o motivo pelo qual são tão baratos os produtos tropicais. Tomemos, por exemplo, o açúcar. Nesta indústria a produtividade é extremamente elevada, pelos padrões biológicos. É também uma indústria em que o produto por acre foi triplica-

do no decorrer dos últimos 75 anos, aproximadamente, o que representa uma taxa de crescimento da produtividade sem paralelos em nenhuma outra indústria importante do mundo — e certamente não na produção do trigo. No entanto, os trabalhadores da indústria do açúcar continuam descalços e vivendo em barracos, enquanto que os trabalhadores do trigo desfrutam os padrões mais elevados do mundo. O motivo disto é que os salários da indústria açucareira estão relacionados com o fato de que os setores de subsistência das economias tropicais podem liberar quantos trabalhadores forem necessários à indústria açucareira, a salários baixos porque a produção de alimentos *per capita* é baixa nas zonas tropicais. Por mais produtiva que a indústria açúcareira se torne, os beneficiados com isso serão principalmente os compradores industriais, através de preços mais baixos do açúcar. (Os capitalistas que investem no açúcar não entram em questão porque seus lucros não são determinados pela produtividade do açúcar, mas pela taxa geral de lucros do capital; por isso deixamos de lado o capital e a análise seguinte dos efeitos da alteração da produtividade sôbre os salários e a relação real de intercâmbio simplifica a análise sem afetar de modo significativo o resultado.) Para se elevar o preço do açúcar, deve-se aumentar a produtividade das economias tropicais em seus setores de subsistência, que produzem alimentos. Mas a contribuição do mundo temperado ao mundo tropical, seja no que diz respeito ao capital ou aos conhecimentos técnicos, se limitou, em geral, aos cultivos comerciais de exportação, onde os benefícios revertem, principalmente, para o mundo temperado em forma de menores preços. Os preços das culturas tropicais comerciais não permitirão senão salários de subsistência até que, através de uma transformação, o capital e o conhecimento sejam postos à disposição dos produtores de subsistência a fim de aumentar a produtividade da produção de alimentos tropicais para consumo interno.

Essa análise diz respeito a todos os produtos tropicais comerciais, que podem proporcionar uma oferta ilimitada devido à existência de recursos naturais ilimitados em relação, por exemplo, com a demanda de terra da qualidade adequada. Não se aplica ao caso em que os recursos naturais de um tipo especial são escassos. Por exemplo, existe uma grande extensão de terras para a cultura do açúcar ou do amendoim, mas já as terras ricas em minerais ou as exatamente adequadas ao cultivo do cacau são relativamente escassas. O preço de alguns minerais ou do cacau pode, portanto, elevar-se a qualquer nível compatível com a demanda. Se as terras forem propriedade dos capitalistas

que empregam seus próprios trabalhadores, isto implicará pequena diferença nos salários. Mas, no caso de estar essa terra escassa nas mãos dos camponeses, êstes poderão, naturalmente, enriquecer. Em geral os camponeses só conseguiram extrair muito pouco de suas terras ricas em minerais, principalmente quando estas foram expropriadas por governos imperiais (ou passaram à propriedade da Coroa) e vendidas a capitalistas estrangeiros por quase nada. O cacau é o único caso (certamente duvidoso) em que a escassez mundial de terra adequada parece poder propiciar permanentemente aos camponeses lucros maiores do que seriam obtidos com a produção de alimentos.

Isto não significa que os países tropicais não ganham *nada* com o investimento de capital estrangeiro na produção comercial de exportação. Ganham uma fonte adicional de empregos e de impostos. A acumulação de capital fixo em seu país também torna mais próximo o dia em que a demanda de trabalho será igualada à oferta (embora isto não venha aumentar os salários em nenhum país tropical até que não comece a aumentar em todos, visto que, de outro modo, o capital se transferiria para os países onde houvesse excedente). O que não ganham é uma elevação dos salários reais; todo o benefício correspondente à maior produtividade do setor comercial irá para o consumidor estrangeiro, pelo menos nas primeiras fases. Nas últimas fases poderão lucrar alguma coisa se seus camponeses imitarem as técnicas capitalistas, fazendo aumentar a produtividade do setor de subsistência; ou se o contínuo aumento do volume de produção de culturas comerciais modificar a relação real de intercâmbio em favor do produto do setor de subsistência. Qualquer uma dessas transformações afetaria os salários reais, mas só os afetaria, efetivamente, quando as transformações se tivessem estendido a todo o mundo tropical.

Suponhamos, no caso seguinte, que os dois países produzem os mesmos bens e comerciam entre si. A é o país onde o trabalho é escasso e B é o país com oferta ilimitada de trabalho no setor de subsistência (que produz alimentos). Utilizando o esquema clássico da Lei dos Custos Comparativos, podemos dizer que um dia de trabalho

produz em A três de alimentos ou três de manufaturas de algodão
produz em B dois de alimentos ou um de manufaturas de algodão.

Isto, desde logo, responde de modo errôneo à pergunta: "Quem se deve especializar em quê?", visto que colocamos os produtos mé-

dios no lugar dos marginais. Podemos supor que êstes coincidam em A e também nas manufaturas de algodão de B. Diríamos, então, em têrmos marginais:

em A se produzem três de alimentos ou três de manufaturas de algodão
em B se produz zero de alimentos ou um de manufaturas de algodão.

B deveria especializar-se em manufaturas de algodão e importar alimentos. No entanto, na prática os salários serão dois de alimentos em B e entre três e seis de alimentos em A, a cujos níveis se tornará "mais barato" para B exportar alimentos e importar algodão.

Esta divergência entre o real e o que deveria ser constitui a mais grave diferença verificada na teoria neoclássica de comércio internacional, em decorrência da existência de excedente de trabalho. Concorreu para que muitos economistas se enganassem ao aconselhar, errôneamente, os países subdesenvolvidos, com base nos custos monetários atuais em vez de levantar o pano para ver o que há por trás. Também concorreu para enganar a muitos países que permitiram (ou foram obrigados a permitir) que suas indústrias fôssem destruídas por importações estrangeiras baratas, resultando daí apenas um aumento do volume do excedente de mão-de-obra, quando a renda nacional teria aumentado se, pelo contrário, as indústrias nacionais tivessem sido protegidas contra as importações. A culpa não cabe à Lei dos Custos Comparativos, que continua sendo válida se vista em têrmos marginais reais, mas àqueles que se esqueceram de que os custos monetários são completamente desorientadores para as economias em que existe excedente de mão-de-obra ao nível do salário dominante.

É claro que sendo o trabalho um bem livre, no caso de as duas indústrias utilizarem algum recurso escasso, como terra ou capital, a comparação não pode ser feita em têrmos de custo de trabalho, mas sim em têrmos do recurso escasso. Assim, mesmo quando a mão-de-obra estiver desocupada, pode ser mais econômico utilizar capital para incrementar a produção de alimentos que utilizar a mão-de-obra para criar novas indústrias manufatureiras. Como sempre, Adam Smith também se referiu a êste problema. Esta era a substância de seu argumento de que uma tarifa não poderia elevar a renda nacional mesmo quando incrementasse o emprêgo, visto que, simplesmente, desviaria capital de usos mais produtivos para outros menos produtivos. (O modêlo keynesiano não serve, visto que supõe capital ilimitado, assim como desemprêgo.) Podem, em todo caso, ocorrer situações em que

seja mais econômico utilizar capital para criar novas indústrias do que desenvolver as antigas, não sendo isto, no entanto, a coisa mais rentável que se possa fazer no sentido financeiro, porque o trabalho requer um salário quando, na realidade, sua produtividade marginal é igual a zero. Além disso, as ditas atividades manufatureiras não utilizam, efetivamente, nenhum outro recurso escasso que não o trabalho. Principalmente as indústrias artesanais e domésticas que podem proporcionar emprêgo até 10% da população dos países atrasados, não utilizam, pràticamente, nenhum recurso de capital. E assim mesmo são as primeiras indústrias a serem destruídas pelas importações baratas de manufaturas (por exemplo, o prejuízo causado à indústria algodoeira da Índia na primeira metade do século XIX).

A Lei dos Custos Comparativos, quando corretamente aplicada, nos permite prever o esquema do comércio internacional. Podemos dizer que os países que possuem recursos agrícolas inadequados em relação a suas populações (por exemplo a Índia, Japão, Egito, Grã-Bretanha, Jamaica) devem viver da importação de produtos agrícolas e exportação de manufaturas; manufaturas metálicas, se possuem carvão e minerais (Índia, Grã-Bretanha) e manufaturas leves se não os possuem (Japão, Egito, Jamaica). Recìprocamente, os países ricos em terras agrícolas (Estados Unidos, Argentina) deveriam ser exportadores líquidos de produtos agrícolas com uma relação real de intercâmbio relativamente boa. Atualmente êste esquema vê-se perturbado pela divergência entre os custos monetários e reais. Mas se a população mundial continuar aumentando à sua taxa atual, êste esquema deverá surgir no devido momento, a menos que se verifiquem desenvolvimentos revolucionários na ciência agronômica.

Continuemos, no entanto, a examinar êste caso, supondo que não ocorra nenhuma perturbação. Do mesmo modo que antes, A é um país desenvolvido, enquanto que B apresenta um excedente de trabalho na produção de alimentos. Suponhamos que o trabalho de um dia

produz em A cinco de alimentos ou cinco de manufaturas de algodão
produz em B um de alimentos ou três de manufaturas de algodão (média).

B deveria especializar-se em algodão, e assim o fará, na realidade. Os salários e os preços estão determinados. O salário em B será um de alimentos, o preço de algodão será de um de algodão = 1/3 de alimentos, o salário em A será cinco de alimentos e A obterá todo

o lucro do comércio. Suponhamos agora que aumente a produtividade na indústria algodoeira de B. O salário de B permanecerá invariável e todo o lucro reverterá para A. Mas se aumentar a produtividade no setor de alimentos de B (elevando-se a média de um para dois, por exemplo), aumentarão os salários de B (de um de alimentos para dois). O salário de A continuará sendo cinco de alimentos, mas o algodão estará agora mais caro (um de algodão = 2/3 de alimentos), com vantagem para B e desvantagem para A. (O salário de B está determinado porque há mão-de-obra ilimitada disponível a um salário de subsistência; e todos os lucros do comércio irão para A porque B produz os dois bens.)

Já é tempo de dizermos algumas palavras sôbre o efeito do aumento da produtividade do setor de subsistência nos países com excedente de trabalho. A análise é a mesma que fizemos para a economia fechada, exceto que teremos agora que pensar no mundo, como um todo, como sendo uma economia fechada. Devemos também pensar no setor comercial destas economias como algo que faz parte do setor capitalista mundial.

Neste caso, se o setor capitalista mundial não depender dos camponeses para a alimentação, inclusive para a alimentação de seus trabalhadores agrícolas e das minas nos países de excedente, um aumento da produtividade dos camponeses deverá elevar os salários, de modo desfavorável aos capitalistas. No entanto, para surtir êste efeito, a produtividade deverá aumentar em todos os países, pois de outro modo os capitalistas simplesmente transfeririam seu capital dos países onde se deu um aumento de produtividade no setor de subsistência para aquêles onde isso não se verificou.

Se supomos, por outro lado, que os capitalistas necessitam dos alimentos dos camponeses e que a demanda de alimentos é inelástica, uma produtividade maior reduzirá ainda mais o preço dos alimentos, diminuindo, assim, a participação dos trabalhadores capitalistas no produto capitalista. Isto supõe, uma vez mais, que as transformações tenham amplitude mundial; se um país aumenta sua produtividade, o preço dos alimentos não diminuirá; aumentarão os salários nesse país e os capitalistas se transferirão para outro lado. No entanto, ao diminuírem os preços dos alimentos, os camponeses consumirão a maior parte de seu produto e passarão a ter melhor situação. Suponhamos, por exemplo, que um camponês produza 100 de alimentos,

consuma 80 e venda 20 de alimentos, em troca de 20 de manufaturas. Suponhamos agora que sua produtividade aumente para 200, reduzindo o preço dos alimentos em mais da metade, digamos a 0,4. O camponês poderá obter agora 30 de manufaturas a um preço de 75 de alimentos e consumir 125 de alimentos em vez de 80. O padrão de vida dos países com excedente se eleva, aproximando-se do padrão dos países adiantados, mas as relações de troca transformam-se de modo desfavorável tanto para os produtos alimentícios quanto para os comerciais dos países com excedente (tornar-se-iam favoráveis aos produtos comerciais se a elasticidade da demanda de alimentos fôsse um ou mais).

Na prática, a produção de alimentos nos países tropicais com excedente de trabalho não representa mais que uma pequena parte da produção mundial de alimentos (Ásia e Áfria, em conjunto, produzem menos de 20% dos alimentos do mundo). Assim, os aumentos na produtividade de alimentos nos trópicos não poderiam reduzir o preço dos alimentos *pari passu*. Conseqüentemente, os salários reais aumentariam e as relações de troca se modificariam a favor dos produtos comerciais tropicais. Isto prejudicaria o trabalho dos países industriais, na medida em que comprasse êstes produtos, e o beneficiaria na medida em que os países tropicais concorressem na produção industrial.

Isto nos leva, finalmente, ao caso que os dois países, A e B, produzem bens rivais para venda num terceiro mercado. Não é necessário que nos detenhamos muito neste caso. Se o capital é exportado de modo a aumentar a produtividade do setor de subsistência do país importador de capital, os trabalhadores do país exportador de capital serão beneficiados, visto que os salários de seus rivais aumentarão. No entanto, quando se exporta para aumentar a produtividade do setor de exportação do país importador de capital, os trabalhadores do país exportador de capital ver-se-ão duplamente prejudicados. Em primeiro lugar, devido à redução da acumulação de capital no interior do país, e depois, pela diminuição dos preços de seus rivais.

Podemos concluir da seguinte maneira: a exportação de capital tende a reduzir os salários dos países exportadores de capital. Isto é total ou parcialmente compensado quando o capital é aplicado para baratear os artigos importados pelos trabalhadores ou para elevar os

custos salariais dos países que concorrem em terceiros mercados (elevando a produtividade em seus setores de subsistência). No entanto, a redução dos salários vê-se agravada quando o capital é investido de modo a elevar o custo das importações (aumentando a produtividade nos setores de subsistência) ou a aumentar a produtividade das exportações rivais. Já vimos também que os países importadores de capital com excedente de trabalho não conseguem aumentar os salários reais através do investimento de capital estrangeiro nos mesmos, a menos que êste capital resulte num aumento da produtividade das mercadorias produzidas para seu próprio consumo.

Resumo

Podemos resumir êste artigo do seguinte modo:

1. Em várias economias dispõe-se de uma oferta ilimitada de mão-de-obra a um nível de subsistência. Êste era o modêlo clássico. O modêlo neoclássico (incluindo o keynesiano) fornece resultados errôneos quando aplicado a tais economias.

2. As principais fontes de onde procedem os trabalhadores, à medida que avança o desenvolvimento econômico, são a agricultura de subsistência, os trabalhos eventuais, o pequeno comércio, o serviço doméstico, as mulheres e filhas que trabalham em casa e o aumento demográfico. Na maioria dêstes setores, embora não em todos, quando o país está superpovoado em relação a seus recursos naturais, a produtividade marginal de trabalho é ínfima, nula ou, inclusive, negativa.

3. O salário de subsistência ao qual está sujeito êste excedente de mão-de-obra pode ser determinado por uma convenção sôbre o mínimo necessário para subsistir ou pode ser igual ao produto médio *per capita* na agricultura de subsistência mais uma certa margem.

4. Numa economia como esta o emprêgo no setor capitalista se expande, à medida que se realiza a formação de capital.

5. A formação de capital e o progresso técnico não resultam em salários crescentes mas na elevação da participação dos lucros na renda nacional.

6. O motivo pelo qual a poupança é baixa, numa economia subdesenvolvida, em relação à renda nacional não é a pobreza da população, mas os pequenos lucros dos capitalistas em relação à renda nacional. À medida que o setor capitalista se expande, os lucros aumentam relativamente e uma proporção crescente da renda nacional é reinvestida.

7. O capital não é sòmente formado pelos lucros, mas também pela expansão do crédito. O custo real do capital gerado pela inflação é nulo neste modêlo e êste capital é tão útil como o gerado de modo mais respeitável (ou seja, através dos lucros).

8. A inflação pode ser cumulativa quando tem a finalidade de apropriar-se dos recursos necessários a uma guerra; mas a inflação que tem por finalidade criar capital produtivo é autodestrutiva. Os preços aumentam à medida que se cria o capital e diminuem de nôvo à medida que o produto chega ao mercado.

9. O setor capitalista não pode, assim, expandir-se indefinidamente, visto que a acumulação de capital pode seguir mais depressa que o aumento da população. Quando o excedente é esgotado, os salários começam a subir acima do nível de subsistência.

10. No entanto, o país continua cercado por outros países que possuem excedente de trabalho. Conseqüentemente, assim que seus salários começarem a aumentar, terá início a imigração em massa e a exportação de capital para conter o aumento.

11. A imigração em masas de mão-de-obra não-qualificada poderia, inclusive, aumentar o produto *per capita*, mas seu efeito seria manter os salários de todos os países próximos ao nível de subsistência dos países mais pobres.

12. A exportação de capital reduz a formação de capital no interior do país mantendo, assim, baixos os salários. Isto pode ser compensado quando a exportação de capital torna brutos os artigos que os trabalhadores importam ou quando eleva os custos dos salários dos países competidores. Mas o fato é agravado quando a exportação de capital eleva o custo das importações ou reduz os custos de países competidores.

13. A importação de capital estrangeiro não eleva os salários reais dos países com excedente de trabalho, a não ser que o capital proporcione um aumento de produtividade das mercadorias produzidas para consumo próprio.

14. A principal razão pela qual os produtos tropicais comerciais são tão baratos, em têrmos do padrão de vida que proporcionam, está na ineficiência da produção tropical de alimentos *per capita*. Pràticamente todos os lucros da maior eficiência das indústrias de exportação vão para as mãos do consumidor estrangeiro, enquanto que a elevação da eficiência na produção de alimentos do setor de sub-

sistência encareceria, automàticamente, os produtos comerciais de exportação.

15. A Lei dos Custos Comparativos é tão válida para os países com excedente de trabalho como para os demais. Mas enquanto nos últimos representa um fundamento válido dos argumentos a favor do livre comércio, nos primeiros representa um fundamento igualmente válido dos argumentos protecionistas.

O PAPEL DA INDUSTRIALIZAÇÃO NOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO*

HOLLIS B. CHENERY

A INDUSTRIALIZAÇÃO CONSTITUI a maior esperança de quase todos os países que buscam aumentar seus níveis de renda. É também o aspecto mais controvertido do problema do desenvolvimento econômico. As tentativas de aplicar os princípios econômicos gerais a êste campo têm sido, geralmente, pouco conclusivas. Isto se deve a uma formulação teórica incompleta, assim como à inadequação dos dados disponíveis. Na maioria dos casos, continua havendo grande margem de discordância entre os partidários da especialização internacional e do investimento na produção primária, por um lado, e os defensores do "crescimento equilibrado" e da industrialização, por outro.

A maioria dos que participam desta controvérsia aceitaria, provàvelmente, a proposição de que o primeiro objetivo para o desenvolvimento de um país consiste em assegurar o maior incremento

* *The American Economic Review*, maio de 1955. Reimpresso com permissão da Associação Econômica Americana e do autor. Êste artigo baseia-se num estudo da Alocação de Recursos em Programas de Desenvolvimento que se tornou possível graças a uma bôlsa do Comitê Stanford para Pesquisas em Ciências Sociais.